



11 a 13
SETEMBRO
2019

III ENCONTRO DE
PÓS-GRADUANDOS
DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ESTUDOS DO OITOCENTOS

CADERNO DE RESUMOS
E PROGRAMAÇÃO

SEO

Sociedade Brasileira de
Estudos do Oitocentos

**III ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS DA
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DO
OITOCENTOS**

**III ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS DA
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DO OITOCENTOS**

**CADERNO DE RESUMOS
E PROGRAMAÇÃO**



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO)
Laboratório de História Poder e Linguagens (LHPV/Ufes)

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História da Ufes (PPGHIS)
Programa de Pós-Graduação em Direito da Ufes (PPGDIR)
Centro de Ciências Humanas e Naturais da Ufes (CCHN)
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adriana Pereira Campos (Ufes)
Arthur Ferreira Reis (Ufes)
Geisa Lourenço Ribeiro (Ufes/Ifes)
Karulliny Silverol Siqueira (Ufes)
Kátia Sausen da Motta (Ufes)
Rafaela Domingos Lago Nunes (Faculdade Novo Milênio)
Thiara Bernardo Dutra (Ufes)

EQUIPE DE MONITORIA

Amanda Schulz Recla
Bárbara Lempé Alonso Scardua
Cibele Camargos Pereira
Driely Neves Coutinho
Larissa Ricas Cardinot
Mikael de Freitas Souza

EDITORAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

João Carlos Furlani

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Caderno de resumos e programação do III Encontro de pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos / Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos; Laboratório de História Poder e Linguagens. – Vitória: SEO, 2019.

76 p. ; il. ; 29,7 cm.

1. Brasil. 2. Estudos históricos. 3. Oitocentos. 4. Século XIX. I. Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. II. Laboratório de História Poder e Linguagens.

CDU: 981

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Apresentação | 7 |
| Programação geral | 11 |
| Programação das sessões de Simpósios Temáticos | 12 |
| Resumos | 19 |
| ST01 - Caminhos e descaminhos da educação: mulheres, história e resistências | 21 |
| ST02 - Imprensa, partidos e eleições no Oitocentos | 26 |
| ST03 - Reflexões imperiais: escritos e ações político-administrativas no mundo luso-brasílico (1750-1822) | 41 |
| ST04 - Escravidão e pós-abolição: sociabilidades, relações de trabalho e estratégias de mobilidade social | 49 |
| ST 05 - Cultura jurídica e formação institucional no Brasil: justiça, poder e economia na formação do Estado | 55 |
| ST 06 - Doenças e epidemias no Brasil Império | 71 |
| Painéis de Iniciação Científica | 74 |

APRESENTAÇÃO

Em 2019, a Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO), com apoio do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e do Laboratório de História, Poder e Linguagens (LHPV), volta a promover o Encontro de pós-graduandos, importante evento de renovação da historiografia brasileira sobre o século XIX.

O objetivo principal do III Encontro de pós-graduandos da SEO é servir de fórum de debates e representação para os pós-graduandos com interesse no Oitocentos, nacionais e estrangeiros, comprometidos com a pesquisa, o ensino e a divulgação científica das histórias desse longo século XIX – período que se estende desde meados do século XVIII até 1930, ou, para o caso brasileiro, desde o que se conhece como a crise do sistema colonial até o final da chamada Primeira República.

O evento ocorrerá em Vitória/ES, entre os dias 11 e 13 de setembro de 2019, nos edifícios Bárbara Weinberg e Wallace Corradi do CCHN da Ufes e contará com historiadores de renome internacional, como Hans Gumbrecht, da Stanford University, Antônio Annino, da Universidade Nacional da Colômbia, e Marcela Ternavasio, da Universidade de Buenos Aires. E ainda proferirão palestra as historiadoras brasileiras Ângela Alonso, da Universidade de São Paulo (USP), e Andréa Slemian, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Esperamos contar com o entusiasmo dos jovens historiadores e demais pesquisadores para as discussões acadêmicas e a programação cultural reservadas especialmente aos participantes.

A Comissão Organizadora

PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO GERAL

11 DE SETEMBRO

16h – 18h30: **Credenciamento**

Local: Auditório do CCE – Centro de Ciências Exatas da Ufes

18h30: **Conferência de abertura: “Como o conceito estendido do Iluminismo faz parte do presente de 2019? Sobre a periferia de uma tradição normativa”**

Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)

Local: Auditório do CCE - Centro de Ciências Exatas da Ufes

12 DE SETEMBRO

10h – 12h: **Mesa de debate “Cidadania no século XIX”**

Profa. Dra. Andrea Slemian (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dr. Antonio Annino (Universidad Externado de Colombia)

Profa. Dra. Marcela Ternavasio (Universidad Nacional de Rosario)

Local: Auditório de CCE - Centro de Ciências Exatas da Ufes

14h – 18h: **Simpósios temáticos**

Local: Prédios Bárbara Weinberg e Wallace Corradi Vianna – CCHN/Ufes

18h30: **Lançamento de livros**

Local: ADUFES – Associação de Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo

13 DE SETEMBRO

10h – 12h: **Apresentação de painéis de iniciação científica**

Local: Auditório do CCE – Centro de Ciências Exatas da Ufes

14h – 18h: **Simpósios temáticos**

Local: Prédios Bárbara Weinberg e Wallace Corradi Vianna – CCHN/Ufes

18h30: **Conferência de encerramento: “O abolicionismo como movimento social”**

Profa. Dra. Angela Alonso (Universidade de São Paulo)

Local: Auditório do CCE - Centro de Ciências Exatas da Ufes

PROGRAMAÇÃO DAS SESSÕES DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

12 DE SETEMBRO - 14h às 18h

ST01 – Caminhos e Descaminhos da Educação: Mulheres, História e Resistências

Local: Sala 204 – Prédio Bárbara Weinberg

Livros, ensino e viagens: Maria Graham como educadora

Flaviana Aparecida da Silva (Mestrando/UFJF)

A condição feminina na província do Espírito Santo entre 1845 a 1889: panorama socioeconômico e cultural

Luana Frigulha Guisso (Doutoranda/UFES)

Educação da mulher no oitocentos: contradições e impasses no discurso médico de João da Matta Machado

Jéssica Rodrigues Vieira (Mestrando/UFES)

Trajetórias estudantis do Atheneu Provincial do Espírito Santo (1873-1892)

Meryhelen Alves da Cruz Quiuqui (Mestre/UFES)

Os crimes sexuais na província do Espírito Santo (1841-1889): dados preliminares

Arion Mergár (Doutorando/UFES)

ST02 – Imprensa, Partidos e Eleições no Oitocentos

Local: Sala 103 – Prédio Wallace Corradi Viana

“Saiu Vossa Excelência eleito deputado”: pleito da província do Maranhão (1825)

Mário Augusto Carvalho Bezerra (Mestrando/UFMA)

“Não sou gama, sou ruivo”: as facções políticas em Pernambuco no tempo da Independência

Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho (Mestrando/UFF)

O Sol e o Soberano: a linguagem absolutista no processo de independência do Brasil (1823)

Arthur Ferreira Reis (Doutorando/UFES)

A retórica do progresso no pensamento político de John Stuart Mill (1806-1873)
Eduardo Teixeira Gomes (Doutorando/UFES)

Eleição e cidadania na primeira década do Império: Minas Gerais (1824-1828)
Érica da Cruz Rosa (Mestranda/UFJF)

"O Espelho da Justiça" no Oitocentos: o início do periodismo jurídico no Brasil
Anna Luíza Sartorio Bacellar (Mestranda/UFES)

"Republicanos, Anarquistas e Demagogos": as representações da Sabinada na imprensa legalista
Renan Rodrigues de Almeida (Mestrando/UFES)

O indígena na produção intelectual da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1860)
Juliana Saez de Carvalho (Mestranda/UNIFESP)

ST03 – Reflexões Imperiais: escritos e ações político-administrativas no mundo Luso-Brasílico (1750-1822)

Local: Sala 308 – Prédio Bárbara Weinberg

"Muitos literatos de todas as nações se tem dado a este proveitoso trabalho": a tradução no mundo luso-brasileiro sob as Luzes (1750-1800)
Gabriel de Abreu Machado Gaspar (Mestrando/UFF)

Leituras e Leitores no Brasil do Antigo Regime: bibliotecas particulares de letrados luso-brasileiros
Claudio Miranda Correa (Mestrando/UERJ)

Uma América tão distante e tão perto: as narrativas sobre o ser americano nas primeiras décadas do século XIX
Juliana Gomes de Oliveira (Doutoranda/UFOP)

A formação do Império tropical brasileiro: Corte, Alimentação e Práticas de distinção
Fernando Santa Clara Viana Junior (Doutorando/UFES)

A lavoura canavieira e a reorganização da infraestrutura viária na integração da Capitania de São Paulo ao mercado atlântico (1765-1822)

José Rogério Beier (Doutorando/USP)

O governo dos escravos e os agentes da governança: escravidão e controle na capitania do Espírito Santo (1781/1821)

Thiara Bernardo Dutra (Doutoranda/UFES)

Questões de governança: o Espírito Santo de inícios do século XIX através da correspondência política dos seus governadores

Livia Scheiner Costa (Doutoranda/UFES)

ST04 – Escravidão e pós-abolição: sociabilidades, relações de trabalho e estratégias de mobilidade social

Local: Local: Sala 208 – Prédio Bárbara Weinberg

Questionando a carta régia de 1798: trato negreiro, políticas indígenas e disputas políticas na província do Pará (1821-1831)

Samuel Rocha Ferreira (Mestrando/ UNIFESP)

Os africanos presentes na lista nominal da população de Itapemirim em 1833

Laryssa da Silva Machado (Mestre/UFES)

Escravidão e liberdade na Guerra do Paraguai: as alforrias condicionadas ao serviço militar

Denise Moraes Gouveia da Silva (Doutoranda/UNIRIO)

“Não há mais escravos”: as festas da abolição e a imprensa em São Luís

Silvan Sousa Mendes (Mestrando/UFMA)

Os últimos anos da escravidão nos jornais do reduto da grande lavoura cafeeicultora do Espírito Santo (1885-1889)

Geisa Lourenço Ribeiro (Doutoranda/UFES)

A herança da escravidão na sociedade capixaba no imediato pós-abolição

Rafaela Domingos Lago Nunes (Doutora/FACULDADE NOVO MILÊNIO)

ST 05 - Cultura jurídica e formação institucional no Brasil: justiça, poder e economia na formação do Estado

Local: Sala 113 – Prédio Bárbara Weinberg

As ações judiciais da Casa da Suplicação do Brasil (1818 – 1821): os Códices com lançamentos de sentenças

Elizabeth Santos de Souza (Doutoranda/UFES)

O Conselho Supremo Militar e de Justiça como órgão de administração do Direito Militar no Império

Getulio Marcos Pereira Neves (Doutorando/UFES)

Fortuna e poder no Alto Sertão da Bahia: riqueza forjada na dinâmica mercantil sertaneja - a trajetória de Antonio da Silva Prado (1810-1816)

Zezeito Rodrigues da Silva (Doutorando/UFF)

Relação Porto/Cidade: o caso de Itapemirim-ES entre os anos de 1840 a 1930

Lucas da Silva Machado (Mestrando/UFES)

"Injuriosa, injusta e degradante da ordem" a fiscalidade entre o Conselho Geral da província de Minas Gerais e a Câmara de Mariana (1828 – 1832).

Diego Rodolfo de Castro Gomes (Mestrando/UFJF)

Os agentes fiscais da Câmara Municipal de São Paulo (1828-1841)

Claudia de Andrade de Rezende (Mestranda/UNIFESP)

Legislar sobre a Fazenda: os debates políticos em torno da Fazenda Pública Imperial no Primeiro Reinado

Daiane Souza Alves (Doutoranda/UFOP)

Reverendo construções historiográficas: uma discussão sobre a leitura autoritária de Alberto Torres por Oliveira Viana

João Paulo de Souza Favoretti (Mestrando/UFES)

Institucionalidade imperial: linguagem e seus espelhos

Marcus Vinícius Duque Neves (Doutorando/UFOP)

Criminalidade e Região em Perspectiva Histórica: Santa Luzia do Carangola-MG na segunda metade do século XIX

Randolpho Radsack Corrêa (Doutorando/UNIVERSIDADE SALGADO OLIVEIRA)

ST 06 – Doenças e epidemias no Brasil Império

Local: Sala 207 – Prédio Wallace Corradi Viana

A cura pelo magnetismo animal no Brasil Império e a trajetória do Leopold Gamard em busca de legitimação científica

Danielle Christine Othon Lacerda (Doutoranda/UFRJ)

O controle da mendicância em tempos de seca na cidade do Recife do século XIX

Grasiela Florêncio de Moraes (Doutoranda/UFPE)

13 DE SETEMBRO - 14h às 18h

ST02 – Imprensa, Partidos e Eleições no Oitocentos

Local: Sala 103 – Prédio Wallace Corradi Viana

Anglofobia e Anglofilia na política brasileira (1854-1863)

Geison Siqueira Tavares da Cruz (Doutorando/UFRJ)

“A martirizante candidatura do Lincoln fluminense”: o Visconde do Cruzeiro e os conflitos na disputa eleitoral de 1872

Thomaz Santos Leite (Mestrando/UFJF)

O voto pela fé: um partido católico em Minas Gerais durante a Questão Religiosa (1872-1875)

Bruno Henrique Fernandes (Mestrando/UFJF)

Gramática de apolitismo paroquial: vocabulário da crítica aos votantes no Brasil Império (1860-1881)

Kátia Sausen da Motta (Pós-doutoranda/UFES)

A composição do 1º Gabinete do quinquênio Liberal

Juliana da Silva Drumond (Doutoranda/UFRRJ)

A nota íntima da nacionalidade: críticas, crônicas e identidade em Machado de Assis (1858-1908)

Renata William Santos do Vale (Doutoranda/UFF)

Gil Martins entre o comércio e a política: a criação do Partido Republicano Legalista no Piauí
Thiago Coelho Silveira (Doutorando/ UNISINOS)

A república do Sul: as bases do pensamento republicano em Cachoeiro de Itapemirim durante a crise do Império

Karulliny Silverol Siqueira (Doutora/UFES)

ST 05 - Cultura jurídica e formação institucional no Brasil: justiça, poder e economia na formação do Estado

Local: Sala 113 – Prédio Bárbara Weinberg

Direito e tempo: a escravidão ausente da cultura jurídica brasileira

Rafael Reis Ferreira (Doutorando/UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

As vicissitudes do Projeto de Código Civil de Augusto Teixeira de Freitas

Leonardo Barros Souza (Doutorando/UFES)

A sistemática recursal no período do Oitocentos

Fernando Ribeiro da Silva Carvalho (Mestrando/UFES)

Ronald Kruger Rodor (Mestrando/UFES)

Café Neuville: espaço do entretenimento, da política e da infração penal (1832 – 1836)

Katia Luciene de Oliveira e Silva Santana (Mestre/UFRRJ)

A inconstitucionalidade congênita do sistema prisional brasileiro: uma análise das prisões do período oitocentista

Brunela Vieira de Vincenzi (Pós-Doutora/UFES)

Luma Vilela Ramos Fonseca (Mestranda/UFES)

Priscila Ferreira Menezes (Mestranda/UFES)

O tratamento dos conflitos familiares no Brasil nos Códigos Estaduais de Processo Civil

Lívia Heringer Pevidor Bernardes (Mestranda/UFES)

Análise histórica do instituto da filiação e paternalidade (parentalidade) no Código Civil de 1916

Tatiana Mascarenhas Karninke (Mestranda/UFES)

A busca pela uniformização da jurisprudência ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX: uma gradual aproximação do civil law brasileiro com o common law e o sistema de precedentes obrigatórios

Felipe Dalla Bernadina Furtado de Lemos (Mestrando/UFES)

João Victor Pereira Castello (Mestrando/UFES)

RESUMOS

ST01 – CAMINHOS E DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO: MULHERES, HISTÓRIA E RESISTÊNCIAS

Coordenação: Jailton Alves de Oliveira (Doutor/UFES)

A comunidade científica tem sido cada vez agraciada com resultados de trabalhos comprobatórios da participação efetiva das mulheres em âmbitos variados, tais como economia, direito, política, educação, religião, esporte, entre outros tantos. Movimento que faz perceber a participação ativa delas, seja produzindo acontecimentos, subvertendo diretrizes ou mesmo resistindo. Portanto, seres protagonistas e não espectadoras da história. Ademais, o surgimento de abordagens novas tem contribuído para o alargamento dos estudos, análises, fomento de novas perspectivas, utilização de fontes originais e diversas e um diálogo interdisciplinar. Ao direcionarmos as lentes para a História da Educação, verificamos também um extenso movimento feminino em espaços formais e não formais de educação. Focalizando especificamente os Oitocentos, produzidos especialmente pelo gênero masculino, os registros que nos chegam são de sujeitos femininos imbricados com jogos de saber e poder. Mesmo rarefeitas, encontradas em periódicos, processos criminais, diários ou em registros escolares, superando as poeiras e traças de arquivos, as “vozes” femininas disponibilizadas contribuem para a percepção de que proporcionaram caminhos e descaminhos em se tratando da temática educacional. Mas, mesmo com todos esses chamados, ainda há muito a ser feito para que a invisibilidade feminina se torne menos presente. Dessa forma, este Simpósio Temático objetiva reunir pesquisadores e pesquisadoras de áreas diversas que contemplem estudos envolvidos neste tema, possibilitando, assim, ser espaço um de diálogo, divulgação de resultados, amplificação desses, bem como a troca de experiências. Nesse sentido, os trabalhos precisam definir o que estão chamando de mulheres, ou seja, o que os discursos diversos intentaram definir como sendo “mulher”. Em seguida, atentarem para o fato da produção de práticas educativas - experiências, táticas, estratégias (GORE, 1994) – direcionadas para o público feminino. Para tanto, serão considerados trabalhos imbricados com ações, tensões e resistências entre: História, educação e mulheres; relações entre cidade, escola e a presença feminina; práticas educacionais, sua utilização e resultados no cotidiano das mulheres; a presença do Estado na educação das mulheres; discursos médicos, jurídico-judiciários e outros na tentativa de (re) educar o feminino; lutas e resistências femininas na História da Educação; feminismo e educação; as mulheres nos espaços formais e não formais de educação; História da educação e gênero; diversidades e a educação; educação

e escravidão; elas nas escolas rurais, ordens religiosas e outras. Essas são algumas das propostas a serem encaminhadas, e que deverão ser acompanhadas de rigor teórico-metodológico, das fontes e escrita.

COMUNICAÇÕES

Os crimes sexuais na província do Espírito Santo (1841-1889): dados preliminares

Arion Mergár (Doutorando/UFES)

Resumo: No estudo que nos propomos realizar, o foco recai sobre crimes sexuais de estupro, praticado contra as mulheres na província do Espírito Santo, entre 1841 e 1889 e nesse sentido pretendemos verificar como era enxergada pela sociedade e como era visto pela justiça, as mulheres vitimadas desses crimes. Por ser a sociedade brasileira do século XIX, nesse período discriminatório em relação ao gênero feminino, apresentando maior permissividade aos homens, desejamos verificar a partir da análise de processo crimes, se seriam as mulheres vítimas da violência sexual, responsabilizadas pelos crimes de estupro que sofriam. Ao delimitar o universo de pesquisa nos autos e processos criminais relativos aos anos de 1841 a 1889, tomamos por parâmetro os seguintes marcos: 1) O Código Criminal do Império (1830); 2) Código de Processo Criminal do Império (1832); 3) a Lei nº 261 de 1841 reformando a Polícia Civil da Corte e das Províncias, ocasião em que foram criados os cargos de Delegado, Subdelegados e Inspetores de Quarteirão; 4) a instituição do Código Penal de 1890, que substituiu o Código Criminal do Império de 1830, que reformou a legislação brasileira no que se refere ao Código Criminal, face a mudança de regime de governo que passou de monarquia para república.”

Palavras-chave: Crimes sexuais; Século XIX; Espírito Santo.

Livros, ensino e viagens: Maria Graham como educadora

Flaviana Aparecida da Silva (Mestranda/UFJF)

Resumo: Durante grande parte da história as mulheres ficaram “às margens”, pois quase não eram representadas nas fontes documentais oficiais, e seu acesso à educação muito restrito. No século XIX, a grande maioria não era alfabetizada, e em comparação à produção masculina, o número de mulheres que escreviam e publicavam livros era pequeno. Em meio às dificuldades de uma sociedade patriarcal, Maria Graham foi uma escritora de livros de viagem, botânica e contos infantis. Nasceu na Inglaterra em 1785,

e sendo filha e esposa de oficiais da Marinha Britânica, visitou o Brasil e o Chile em 1821. Durante sua viagem ao continente americano, a inglesa foi professora na embarcação, e ensinou aos tripulantes lições de geografia, astronomia, literatura e aritmética. Em sua segunda visita ao Brasil, aproximou-se da Família Imperial, em especial da Imperatriz Leopoldina, e se tornou professora da princesa Maria da Glória. O presente trabalho tem o objetivo de analisar o papel de educadora exercido por Maria Graham durante o século XIX, verificando qual a instrução oferecida aos tripulantes e à princesa, e como suas obras, em especial, os contos infantis, são importantes instrumentos pedagógicos. Foram utilizados como fontes os livros “Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte os anos de 1821, 1822 e 1823”, e “Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina”, ambos traduzidos e publicados pela Biblioteca Nacional. E, também, o livro biográfico “Maria Graham, A Literary Biography”, foi importante para compreender o contexto histórico, o cotidiano e a produção intelectual da inglesa. Autores como Michelle Perrot, Miriam Moreira Leite e Carl Thompson foram fundamentais para entender a condição feminina, em especial, da mulher viajante e escritora no século XIX. Após as análises das fontes, é possível perceber que a educação oferecida à Princesa Maria da Glória ia além dos livros e do conhecimento científico. Além disso, diversos conflitos ocorreram durante o período que exerceu a função de tutora, pois os funcionários do Paço Imperial afirmavam que uma inglesa não era digna de educar uma princesa do Brasil. Portanto, a presente pesquisa contribui para as reflexões acerca dos papéis exercidos pelas mulheres educadoras nos oitocentos, verificando quais as condições e os espaços que essas mulheres ocupavam.

Palavras-chave: Maria Graham; Viajantes; Educação.

Educação da mulher no Oitocentos: contradições e impasses no discurso médico de João da Matta Machado

Jéssica Rodrigues Vieira (Mestranda/UFES)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a valorização da educação feminina na tese de doutoramento de João da Matta Machado, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1874. Intitulada “Educação physica, moral e intellectual da mocidade no Rio de Janeiro, e da sua influênciã sobre a saúde”, a tese do médico mineiro é elucidativa quanto à preocupação dos “homens da sciencia” em solucionar os problemas específicos da realidade social brasileira, sobretudo no que se refere a um projeto de modernização do país. As teses de doutoramento das faculdades de medicina representavam o que havia de mais moderno e legítimo acerca da “sciencia” médica no país. Em meio às epidemias, à intensificação da urbanização nos grandes centros e à Guerra do Paraguai,

os médicos começaram a acentuar a sua importância para as famílias e para a nação. Determinado em ditar as regras higiênicas por meio das quais se imaginava garantir a saúde da população e o progresso do país, o discurso médico denotava um caráter político. Neste sentido, imbuído dos valores iluministas de liberdade e de racionalidade, ao se debruçar sobre a educação da mocidade, Matta Machado defendeu a capacidade intelectual da mulher, bem como a imprescindibilidade de sua instrução, em contraposição à supremacia dos argumentos médicos do período – recorrendo à comparação entre os crânios feminino e masculino – que interpretaram as faculdades intelectuais da mulher como inferiores às faculdades intelectuais dos homens. Entretanto, ao escrever sua tese de doutoramento, ainda que o médico mineiro tenha demonstrado ser favorável à instrução e à independência feminina, sua concepção de mulher esteve vinculada a uma suposta “essência feminina”, baseada na ideia de fragilidade, contribuindo para a construção da diferença entre os sexos e de seus respectivos papéis sociais. Ensejamos, portanto, a partir dos estudos feministas e de gênero, analisar as contradições que permeiam o discurso médico de João da Matta Machado.

Palavras-chave: Gênero; Educação da Mulher; Discurso Médico.

A condição feminina na Província do Espírito Santo entre 1845 e 1889: panorama socioeconômico e cultural

Luana Frigulha Guisso (Doutoranda/UFES)

Resumo: A presente pesquisa tem como objeto a condição feminina especificamente na província do Espírito Santos, período de 1845 a 1889 evidenciando o lugar social da mulher no Oitocentos de forma que possamos conceber como estas eram vistas, que comportamentos eram desejados e consentidos socialmente. Ao se desejar conhecer o lugar social das mulheres na Província do Espírito Santo, precisamos conhecer como estava estruturada essa sociedade alimentada pela Igreja Católica, qual o papel que essas mulheres representavam e exerciam para o grupo dominante no caso, o sexo masculino. Para tanto, se criou desde os primeiros tempos uma necessidade de submeter-se as mulheres a uma condição inferior diante do sexo masculino. Assim, se construiu um modelo de família patriarcal que vigorou no Espírito Santo de acordo com o estrato social e a economia de província. O conceito de patriarcado está associado a dominação social, econômica e cultural que é exercida por uma pessoa, o pai chefe da casa. A finalidade última das mulheres seria manter a honra da família e principalmente do pai, homem primeiro da casa que todos deviam respeito e aos quais todos dependiam economicamente. A educação feminina brasileira, no século XIX, ainda estava fortemente vinculada à herança portuguesa, com os mesmos preconceitos e limites impostos pelo reino e pela igreja

Católica, onde o objetivo da instrução era a preparação para o casamento, o qual deveria ser a maior aspiração das mulheres. No papel de mãe e esposa, deveria assumir a idealização da doação, da entrega, da docilidade e da fragilidade física comparada ao poder masculino que se caracterizaria pela força e pela dominação. Através da modernização socioeconômica, junto as cidades, trouxe um novo modelo de infraestrutura e mudanças nos costumes sociais da população e das mulheres. No decorrer do século XIX, o número de famílias que passam a contratar outras mulheres para o exercício do trabalho doméstico aumentou o que justifica novamente o crescimento da economia local e o engatinhar de uma nova cultura. Também nessa época, os avanços democráticos, políticos e científicos estavam a todo vapor, porém, a necessidade de excluir as mulheres das cenas e participações públicas crescia a passos largos.

Palavras-chave: Mulher; Século XIX; Espírito Santo.

Trajetórias estudantis do Atheneu Provincial do Espírito Santo (1873-1892)

Meryhelen Alves da Cruz Quiuqui (Mestre/UFES)

Resumo: A quem servia a educação secundarista no Brasil oitocentista? Qual era sua função? É de consenso que a educação secundária era voltada para a instrução da elite financeira e intelectual brasileira, já que o ingresso nos cursos superiores estava vinculado a esse nível de ensino. Ao criar o Atheneu Provincial em 23 de maio de 1873 – única instituição pública, em solo capixaba, voltada para o ensino secundário no final do período imperial – o Presidente da Província agradece à população que contribuiu financeiramente para a construção do edifício que abrigara a instituição. Tendo essas concepções e questionamentos em foco, analisaremos o movimento associativo estudantil e a trajetória profissional dos alunos após a conclusão do curso secundário. Por meio do livro de matrícula e das listagens oficiais publicadas nos jornais a pedido da direção do Atheneu foi possível inventariar 446 alunos que frequentaram os bancos escolares. As informações disponíveis nos registros de matrícula permitiram avaliar quatro itens biográficos: a) idade; b) naturalidade; c) filiação, d) período de frequência escolar. Já os jornais permitiram explorar o movimento associativo estudantil, que contabilizou 11 grupos, e a trajetória profissional dos alunos após a conclusão do curso secundário. Destacamos que a participação em associações e agremiações colaborava não apenas para a socialização política e cultural dos alunos do Atheneu, mas também para a viabilização da participação dos jovens nos movimentos do período. Alunos, ex-alunos, docentes e ex-docentes, pelo exposto, tornaram-se fundamentais na mobilização política e cultural da província do Espírito Santo.

Palavras-chave: Brasil Império; Ensino Secundário; Espírito Santo; Movimento Estudantil.

ST02 – IMPRENSA, PARTIDOS E ELEIÇÕES NO OITOCENTOS

Coordenação: Karulliny Silverol Siqueira (Doutora/UFES)

Kátia Sausen da Motta (Pós-Doutoranda/UFES)

Partidos e eleições são temas de longa tradição no campo da História Política do Brasil. A compreensão sobre o assunto à luz de recentes estudos e abordagens tem evidenciado o papel desses fenômenos na formação de culturas políticas. Em consonância com as tendências historiográficas dos últimos decênios, que indagam as interpretações generalizantes e, por vezes, reducionistas, objetiva-se com o simpósio examinar a dinâmica partidária e eleitoral no decorrer do século XIX a partir de novas reflexões teóricas e empíricas que permitem pensar a prática e o pensamento político no país e suas transformações ao longo do Oitocentos. O enfoque adotado não se limita apenas ao aspecto institucional, mas abrange também a dinâmica política dos fenômenos em suas múltiplas dimensões e perspectivas. Abre-se, assim, uma série de problemas ligados as práticas políticas formais e informais e ao pensamento político, destacando o uso das variadas linguagens e matrizes intelectuais no contexto oitocentista. Pretende-se, desta forma, abarcar as pesquisas que se dedicam às discussões sobre a cidadania, a circulação de ideias, a atuação das elites e grupos, o funcionamento do sistema representativo, o direito de voto, a construção legislativa, as disputas e conflitos políticos, as propagandas e estratégias eleitorais, os espaços de sociabilidades e a formulação de diferentes culturas políticas. A proposta é pensada de forma a incorporar pesquisas dos diversos níveis acadêmicos que tratam a temática e as questões citadas tanto no âmbito da Corte como a partir de uma perspectiva provincial, visando destacar a discussão acerca da política imperial também pelo viés local. Portanto, o simpósio pretende-se espaço de discussão visando a ampliação e a diversificação dos olhares sobre as culturas políticas, performances partidárias e eleitorais de forma a compreender parte da complexa realidade do país no século XIX.

COMUNICAÇÕES

“O Espelho da Justiça” no Oitocentos: o início do periodismo jurídico no Brasil

Anna Luíza Sartorio Bacellar (Mestranda/UFES)

Resumo: Como desdobramento consequente à Independência do Brasil, e inspirando-se nas tendências mundiais revolucionárias da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, foi elaborada, por um Conselho de Estado escolhido pelo Imperador D. Pedro I, e outorgada, em 25.03.1824, a primeira Constituição do Brasil que introduziu, expressamente, ideias iluministas e liberais naquele novo Império, alinhando-se ao pensamento do mundo ocidental, e fazendo nascer o Poder Judiciário como um Poder Político independente. Naquele momento, pós movimento constitucionalizador, era notório o início da dominação da elite política brasileira por uma forte influência intelectual, e em contínua formação, que estava sendo trazida na bagagem dos universitários brasileiros formados, em sua maioria, em Direito na Universidade de Coimbra e demais universidades da Europa. O cenário sócio-político e jurídico da época “era surpreendentemente liberal no que se refere à representação política e à garantia de direitos políticos e civis”, e com os devidos aplausos à liberdade de expressão começaram a surgir e proliferar periódicos especializados em assuntos jurídicos e políticos, e o primeiro periódico jurídico genuinamente brasileiro que se quer apresentar é “O ESPELHO DA JUSTIÇA”.

Palavras-chave: Periodismo Jurídico; O Espelho da Justiça; Século XIX; História do Direito.

O Sol e o Soberano: a linguagem absolutista no processo de independência do Brasil (1823)

Arthur Ferreira Reis (Doutorando/UFES)

Resumo: “Quando a Universidade de Paris premiou um dos seus Sócios por mostrar, que a entrada das Ciências na Europa tinha causado a sua ruína, foi por deixar imortal o seu nome nos Séculos vindouros”. Esse trecho do panfleto *Analyse dos Direitos Naturaes do Homem Inculto, e Selvagem, Deduzidos do mesmo Direito que Rege toda a Natureza Creada, deque Elle he Parte* publicado no Rio de Janeiro em 1823, é capaz de deixar qualquer historiador inquieto. Se não bastasse uma universidade premiar um sócio por mostrar que a ciência é prejudicial, a posição do autor louvando tal ato destoava de todo contexto no qual escreveu, momento em que a racionalidade e o avanço das luzes do século ganhavam terreno e adeptos nas várias partes do mundo. Não foi bem assim no caso de nosso escritor e isso vai ser demonstrado ao longo de todo o panfleto que se

posiciona de forma curiosa quando comparado com outros do seu período. Época de exaltação do sistema representativo, crítica ao absolutismo, avanço dos espaços públicos e de um discurso pedagógico por parte dos escritores, o impresso defende o oposto: soberania absoluta do imperador, defesa do absolutismo como sistema inerente ao homem, crítica ao iluminismo e ao cientificismo reinante. O panfleto foi publicado em 1823 na Typographya de Silva Porto, e Comp. e como autor registrado P. L. Veiga Cabral, ou o Amigo da Philantropia. Não se sabe ao certo sobre a autoria do panfleto, mas levando em conta as iniciais achamos que ele pode ter sido escrito pelo padre Luiz da Veiga Cabral, que habitava no Rio de Janeiro e era doador por quase um ano da marinha nacional. O importante é que, independente do autor, além das ideias reacionárias expostas, seu panfleto foi ignorado pela imprensa da época, pois não conseguimos identificar respostas por parte dos periódicos ou de outros panfletos, mesmo que ele tenha sido noticiado. O silêncio diante de uma publicação com ideias tão agressivas quanto à racionalidade e ao sistema representativo provavelmente se deu por causa da extemporaneidade das ideias ali expostas. Enquanto o Brasil contava com uma forte propaganda liberal pautada no sistema representativo e já tinha inclusive uma Assembleia Constituinte, o autor ia no caminho contrário, "fujamos de tudo quanto for representativo", afirmava ele. Ademais, afirmava que o "Século das Luzes" nada mais fez do que "despovoar da Europa vinte a trinta milhões de habitantes em forma humana" para irem "povoar o Rio das Mortes". Esse trabalho tem como objetivo analisar a linguagem política do panfleto supracitado e tentar compreender qual seu projeto político e social para o Brasil. Tendo como base metodológica o contextualismo linguístico de Skinner e Pocock, buscaremos compreender como o panfleto se relaciona com seu contexto e quais as inovações linguísticas que provoca no contexto do processo de independência.

Palavras-chave: Política; Primeiro Reinado; Absolutismo.

O voto pela fé: um partido católico em Minas Gerais durante a Questão Religiosa (1872-1875)

Bruno Henrique Fernandes (Mestrando/UFJF)

Resumo: O presente trabalho pretende analisar como os jornais católicos mineiros abordaram o tema do Partido Católico e fizeram uso dele como pauta da Questão Religiosa. Analisaremos as listas de eleitores publicadas pelos jornais e como foi feita a defesa dos nomes propostos como "verdadeiros católicos". Durante a Questão Religiosa (1872-1875), conflito que envolveu igreja católica e maçonaria, surgiram uma série de periódicos que se propunham a discutir as pautas envolvidas no embate: laicidade do Estado, casamento civil, secularização, padroado, liberdade de culto, religião oficial,

catecismo, ultramontanismo, jesuitismo e protestantismo. Jornais nomeadamente católicos ou nomeadamente maçônicos inflavam o debate de forma local, apresentando tópicos e situações relacionadas ao cotidiano das paróquias e das lojas maçônicas. Estas pautas não surgiram com a Questão Religiosa, mas efervesceram durante o período, permitindo que tanto padres quanto maçons passassem a discutir seus pontos de vista e atacassem uns aos outros nas páginas dos jornais. Para além dos debates da Corte, do Conselho de Estado e da prisão dos bispos de Olinda e do Pará, compreendemos a Questão Religiosa também como um conflito de territórios e ideias locais. Territórios no sentido de demarcação de ações e imposição de visões de mundo. Padres e maçons tentavam conquistar a opinião pública, ressignificando e se apropriando do cotidiano. Durante as eleições de 1873 os jornais católicos que circulavam na Província, como O Bom Ladrão, de Mariana; O Catholico, de Diamantina e o Echo de Minas de Ouro Preto, propunham a criação de um Partido Católico, que defendesse as ideias da igreja católica diante dos então ataques sofridos. A ideia originalmente de José Soriano Souza, então professor da Faculdade de Direito do Recife, reverberava pelas páginas dos jornais mineiros, que em meio à Questão Religiosa, elencava os principais nomes a seres escolhidos pelos eleitores. Entre eles, dois nos chamam a atenção: Antônio Ferreira Viçoso e João Antônio dos Santos, respectivamente bispos de Mariana e Diamantina.

Palavras-chave: Questão Religiosa; Partido Católico; Minas Gerais; Periódicos; Eleições.

A retórica do progresso no pensamento político de John Stuart Mill (1806-1873)

Eduardo Teixeira Gomes (Doutorando/UFES)

Resumo: Apesar da bibliografia tradicional considerar, com frequência, o tratamento concedido por John Stuart Mill à filosofia da história como algo secundário, sustentamos sua centralidade para interpretação das opiniões políticas do pensador inglês, cuja prédica a defende como um instrumento poderoso para compreender, e transformar, as realidades políticas. Para Stuart Mill toda ciência política, em algum sentido, pode ser deduzida a partir das tendências que se podem conhecer através de experiências da natureza humana ou mediante uma análise do curso da história como evolução progressiva. O jovem Mill, desde a infância, admirava a História com predileção. Para tanto concorreram sua educação pessoal, a severa crise intelectual aos vinte anos de idade, as duras críticas de Thomas Macaulay contra a obra de James Mill, e sua presença na London Debating Society onde desenvolveu estudos com John Sterling e Samuel Coleridge. Envolto na perspectiva histórica, emerge a dialética do binômio Ordem/Progresso como uma das chaves para se entender as sociedades, principalmente as carregadas de contradições. Se o século XVIII foi uma "era do equilíbrio", o século XIX foi a "era do progresso". Carregada

de esperança e desconfiança, dependendo do local de onde, ou para onde, se olhava a Era Vitoriana elegeu o progresso, ou processo transformador carregado de ineditismos, como emblema inexorável e processual a apontar para um novo tempo. Sob o olhar pragmático do filósofo-economista inglês, a maneira como se trata a questão do Progresso e da manutenção da Ordem, é fundamental para definir alternativas políticas no governo representativo, tão caro ao pensamento milleano. A dialética de forças antagonistas aproxima Stuart Mill e Samuel Coleridge na busca por conhecer as condições em que a Estabilidade, ou Permanência, e as leis regentes das condições de Progresso, isto é, do Avanço estão em equilíbrio. Os problemas residem nesta conciliação em favor do desenvolvimento social, político e econômico: quais condições tornam a preservação dos requisitos permanentes da elite local compatível com a melhoria perpétua e progressiva? Como garantir a Ordem como promoção do Progresso? E o Progresso, através de quais forças estáticas será mantido? Superando o positivismo comtiano Stuart Mill defendeu a dualidade mútua entre forças, ao mesmo tempo, opostas e complementares como indispensável. A manutenção da Ordem objetiva alcançar o Progresso, que por sua vez, se converte em um fim necessário à Ordem.

Palavras-chave: Ordem e Progresso; Dialética; Desenvolvimento; História.

Eleição e cidadania na primeira década do Império: Minas Gerais (1824-1828)

Érica da Cruz Rosa (Mestranda/UFJF)

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo discutir as eleições, na província de Minas Gerais, nos anos iniciais do recém-criado Império do Brasil, após a instalação de uma monarquia constitucional. Com a Revolução do Porto, em 1820, Portugal sentiu também a influência dos ideais liberais e a Soberania deslocou-se da figura do rei para as Cortes Gerais e Extraordinárias, conhecida como "Soberano Congresso". Com o rompimento de D. Pedro I com as Cortes e a implantação do constitucionalismo no Brasil a partir de uma monarquia constitucional, a Constituição de 1824 definiu como representantes da Nação o Imperador e a Assembleia Geral (Senadores e Deputados). Ainda em 1824 foram realizadas as primeiras eleições gerais do Império para a Assembleia Geral e para os membros dos Conselhos Provinciais (Conselho de Governo e Conselho Geral), instituições de caráter político administrativo, criadas em 1823 e 1824 respectivamente para a reorganização dos poderes das províncias. Antes da instauração da ordem constitucional, em 1824, as eleições já eram realizadas em âmbito local, no período colonial, para a ocupação das vagas de vereadores nas câmaras municipais pelos chamados "homens bons". A eleição, nesse sentido, não foi uma invenção do liberalismo, no entanto, foi incorporada por este como forma de criar um Estado que pretendia ser

nacional. De modo geral, essa comunicação centra-se em compreender como os atores envolvidos apropriaram-se das práticas eleitorais nesse primeiro momento de experiência constitucional. Para isso, utilizaremos a imprensa da época, como a *Abelha do Itacolomy* e o *O Universal*, em conjunto com outras fontes documentais. Ao discutir tal tema buscare, por um lado, compreender a dinâmica eleitoral desses primeiros pleitos e, por outro, discutir o exercício da cidadania no Brasil Imperial.

Palavras-chave: Eleições; Minas Gerais; Constitucionalismo.

Anglofobia e Anglofilia na política brasileira (1854-1863)

Geison Siqueira Tavares da Cruz (Doutorando/UFRJ)

Resumo: O presente trabalho trata da relação entre anglofobia e identidade nacional entre os anos de 1845 e 1863 tendo como base a imprensa fluminense do período, especificamente os jornais *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *O constitucional*, *A Actualidade* e *Semana Illustrada*. Acontecimentos como a promulgação do bill Aberdeen e o bloqueio do porto do Rio de Janeiro durante o que ficou conhecido como a questão Christie foram momentos de crise nas relações diplomáticas entre os dois países e eventos centrais para a reflexão presente neste trabalho. A partir da leitura das fontes pretendeu-se identificar que a imprensa do Rio de Janeiro desempenha um papel fundamental na elaboração da identidade nacional, sendo um instrumento políticos dos partidos na câmara e no Senado. Os acontecimentos eram usados pelos partidos políticos para alcançar seus planos de governo e a relação com a Inglaterra envolvia os tratados comerciais e o complexo problema da escravidão. A metodologia utilizada foi a análise de fontes primárias, as edições dos jornais selecionados e panfletos de circulação local, aliada à pesquisa de natureza bibliográfica. Como referencial teórico-metodológico tem especial relevância as obras de Jurgen Habermas, *Mudança estrutural na esfera pública*; *Linguagens do ideário político*, de John Pocock; *História Intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura* escrito por José Murilo de Carvalho, e *As transformações do espaço público* de Marco Morel. A partir do estudo realizado, pode-se concluir que a anglofobia foi um importante elemento constitutivo de um plano de construção de identidade nacional desejada, tanto pelo estado brasileiro quanto pela literatura nacional. Nesse contexto, a imprensa merece destaque como veículo de divulgação desses ideais.

Palavras-chave: Identidade Nacional; Imprensa; Século XIX; Brasil Império.

A composição do 1º Gabinete do quinquênio Liberal

Juliana da Silva Drumond (Doutoranda/UFRRJ)

Resumo: A comunicação procura conhecer quem são os políticos que assumem o primeiro gabinete do quinquênio liberal, em 2 de fevereiro de 1844 e entender como esses atores estão ligados entre si e suas relações nos eventos históricos ligados à formação do partido. Buscamos perceber como esses políticos estão inseridos nos momentos anteriores à formação do gabinete de 1844 e a relação de suas trajetórias políticas com a chegada dos mesmos ao ministério. Entendendo que a formação do gabinete é um aspecto fundamental para compreendermos as posições políticas assumidas por ele, trataremos neste capítulo da formação do gabinete de 2 de fevereiro de 1844. O primeiro gabinete do quinquênio que durou 2 anos e três meses chama especial atenção por ser o ponto de partida para a configuração do que seria a posição política dos liberais no quinquênio. Passando por algumas mudanças na sua organização após pouco mais de um ano da sua formação, de 02 de fevereiro de 1844 a 26 de maio de 45, o ministério contou com José Carlos Pereira Almeida Torres (Visconde de Macaé) como seu organizador e ocupante da pasta do Império, Manoel Alves Branco (Visconde de Caravelas) na pasta da Fazenda e como interino na pasta Justiça, Ernesto Ferreira França na pasta dos Negócios Estrangeiros e Jeronymo Francisco Coelho como interino na pasta da Guerra e na Marinha. De 26/05/1845 até 02/05/1846, o ministério foi formado por Almeida Torres na pasta do Império e na pasta da Justiça, Antonio Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) na pasta dos Estrangeiros, Manoel Alves Branco na Fazenda e Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque) na pasta da Marinha e na pasta da Guerra, servindo de modo interino. Quando tratamos do quinquênio liberal, questionamos sobre o que aproxima ou o que separa o modo de governar liberal das práticas saquaremas. O que possibilita ou impede que os liberais, quando no poder, coloquem em prática um projeto político próprio e diferente do desenvolvido pelos conservadores? Nesse sentido, observar a formação dos liberais e sua atuação na coordenação política do Império se faz pertinente para a compreensão do contexto em que o projeto conservador se sobrepõe aos demais. Reunimos, então, em informações sobre os políticos liberais para conhecermos a identidade política do gabinete.

Palavras-chave: Partido Liberal; Império; Elite.

O indígena na produção intelectual da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1860)

Juliana Saez de Carvalho (Mestranda/UNIFESP)

Resumo: A presente fala pretende apresentar algumas questões levantadas a partir dos textos publicados na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre os anos de 1839 e 1870, que tinham como tema principal o indígena. Esta análise pretende contribuir para a resposta de uma grande polêmica historiográfica: os povos indígenas foram considerados objeto de estudo da História no Brasil durante o século XIX? Nossa hipótese inicial é que sim, em parte respaldados por um levantamento preliminar que aponta os indígenas como tema importante, aparecendo no título presente no índice em 12% dos artigos publicados na revista do IHGB no período apresentado. Partimos de dois trabalhos, um já feito, que analisou as revistas entre 1839 e 1850 e outro ainda em processo de pesquisa, que estende o recorte cronológico até 1870. Nossa nova data limite é um marco importante para uma quebra na historiografia brasileira. Isto porque, a partir de então, ela passou a estar menos comprometida com a justificativa da existência do Império Brasileiro e da Nação, estando em alguma medida inserida em um movimento mais amplo, conhecido pelas chamadas “novas ideias” da geração de 1870. É importante reiterarmos que o recorte perpassa a publicação e os debates produzidos pelo texto História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen – publicado em 1854 e 1857 - que é um marco para a escrita da história brasileira no século XIX e, em grande medida, para o lugar que os indígenas ocuparam na historiografia brasileira por décadas. Por fim, levamos em conta uma clara mudança percebida num levantamento prévio. Até o ano de 1867 a presença indígena é constante na revista do IHGB, mas a partir dessa data a assiduidade dessa figura desaparece. Ressaltamos que um dos nossos objetivos é também refletir sobre a própria escrita da História na revista do IHGB. Levando em conta um novo olhar que essa nova etapa da pesquisa nos proporcionou, tentamos compreender a forma como os autores se apropriaram da disciplina europeia, analisando as narrativas e discussões feitas sobre o indígena, assim, procuramos compreender não só a metodologia da escrita, mas também quem a produziu e os assuntos que abordou. Também procuraremos entender quem é esse indígena retratado na revista: o do passado ou o daquele presente?”

Palavras-chave: IHGB; Indígenas; História.

A república do Sul: as bases do pensamento republicano em Cachoeiro de Itapemirim durante a crise do Império

Karulliny Silverol Siqueira (Doutora/UFES)

Resumo: Esta comunicação objetiva enfatizar os projetos republicanos que se encontravam no Espírito Santo nos anos finais do regime imperial. Estes projetos seguiam exatamente a agenda política dos dois centros políticos da província. Pretende-se, neste sentido, indicar as principais bases do pensamento político de crítica ao Império desenvolvido no sul da província, destacando os autores e as obras mais citadas pelos redatores e os conceitos mais utilizados. O sul do estado deu base ao projeto de cunho republicano histórico, destacando as demandas políticas e econômicas da região, e, sobretudo, preconizava a presença de indivíduos daquela região dentro do executivo e do legislativo estadual. Os indivíduos de Cachoeiro de Itapemirim revelavam o excessivo pagamento de impostos por parte da região cafeeira, e, em contrapartida, viam-se alijados do poder político. A demanda da região era, em geral, baseada na busca por autonomia municipal, e por uma dinâmica que renovasse a elite política que ocupava os cargos no estado. Neste sentido, os anos finais do Império foram marcados pela ampla divulgação do republicanismo como única solução para os problemas provinciais.

Palavras-chave: Republicanismo; Partidos Políticos; Brasil Império; Província do Espírito Santo.

Gramática de *apolitismo paroquial*: vocabulário da crítica aos votantes no Brasil Império (1860-1881)

Kátia Sausen da Motta (Pós-Doutoranda/UFES)

Resumo: O direito de voto no Brasil se revelou extenso à população masculina durante grande parte do século XIX. Apesar da exigência de renda definida pela Constituição de 1824, a franquia eleitoral do país configurava-se avançada se comparada aos países europeus da mesma época. A situação, na verdade, assemelhava-se à América Espanhola na época pós-independência, cujos países definiram poucas restrições à participação eleitoral de seus cidadãos. Retrocesso, no entanto, ocorreu no Brasil com a aprovação da Lei Saraiva, em 1881, que, dentre outras mudanças no sistema eleitoral, marcou a alfabetização como condição de acesso às urnas. Esta comunicação aborda a campanha pela reforma eleitoral ocorrida no Brasil a partir da década de 1860, momento em que se iniciou o questionamento vigoroso da participação política dos analfabetos. A partir da leitura de panfletos e textos políticos sobre o tema foram analisadas as principais críticas aos votantes iletrados e o vocabulário político empregado na avaliação das sociabilidades

e práticas eleitorais. Dos escritos emerge a concepção de membros da elite política do Império acerca da dimensão pessoal e o papel da vida cotidiana no sufrágio, conduzindo a conclusões sobre a falta de liberdade eleitoral nas paróquias e a ideia de um voto destituído de significação política.

Palavras-chave: Direito de voto; Eleição; Brasil Império; Lei Saraiva.

“Saiu Vossa Excelência eleito deputado”: pleito da província do Maranhão (1825)

Mário Augusto Carvalho Bezerra (Mestrando/UFMA)

Resumo: O início do século XIX no Brasil foi marcado por transformações sociais significativas, gerando mudanças que favoreceram as agitações políticas nos dois lados do Atlântico. Entretanto, as décadas iniciais do Oitocentos no Maranhão ainda são pouco exploradas pela historiografia, alguns trabalhos possuem como abordagem as dinâmicas políticas vivenciadas nas províncias distantes do eixo Centro-Sul do Brasil. A incorporação da província do Maranhão no Império do Brasil em 28 de julho de 1823 constitui uma das etapas de reconhecimento da autoridade política estabelecida no Rio de Janeiro. Em 1825 a atuação política de Francisco Gonçalves Martins (Bahia), João Bráulio Muniz (Maranhão), Manoel Odorico Mendes (Maranhão) e Manoel Telles da Silva Lobo (Bahia) – cidadãos políticos eleitos para o cargo de deputado para a Assembleia Geral Legislativa instalada em 1826 – marca outra etapa da dinamização política com a sede administrativa do Império brasileiro. Eleitos em junho do ano de 1825, Martins, Muniz, Lobo e Mendes compuseram o cenário político e jornalístico, agitando debates políticos com palavras impressas em torno de um objetivo: a eleição. Os representantes maranhenses percorreram um demorado processo eleitoral motivado pelo reordenamento político da província. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é analisar o processo político-administrativo de reconhecimento do centro político do Rio de Janeiro a partir das eleições para deputados gerais na província do Maranhão no ano de 1825, destacando os cidadãos candidatos e eleitos na documentação que apresenta a última apuração dos votos. O decreto imperial de 26 de março de 1824 é outra documentação histórica referente a temática da Assembleia Geral Legislativa e importante para analisar os procedimentos, normas e regras eleitorais correspondentes as províncias do Brasil. Tal arquivo fornece dados quanto a autorização das eleições dos deputados e senadores da Assembleia e instruções para se proceder as eleições dos mesmos. No Maranhão, o pleito de 1825 constitui um procedimento de ordenamento social e disputas políticas das elites locais.

Palavras-chave: Maranhão; Eleição; Imprensa.

“Não sou gama, sou ruivo”: as facções políticas em Pernambuco no tempo da Independência

Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho (Mestrando/UFF)

Resumo: Em 1998, Marcus J. M. de Carvalho publicou artigo no qual apontava a existência de duas facções que conduziram a política pernambucana nos primeiros anos da independência. De um lado, estavam os centralistas, liderados pelo Morgado do Cabo e pelos Cavalcanti Albuquerque, que se aliaram ao projeto do Rio de Janeiro com o objetivo de assegurar seu domínio político na província e obter cargos e honrarias. Do outro, estavam os federalistas, capitaneados por Gervásio Pires Ferreira. Para eles, pouco importava qual seria o centro de poder do império. O preponderante era a defesa do constitucionalismo federalista; ou seja, a autonomia provincial era mais importante do que a independência. O objetivo de tal comunicação é ampliar, ainda que parcialmente, tal perspectiva a partir da análise da querela entre José Fernandes Gama e frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Aquele apresentava-se como um típico membro da elite do Antigo Regime, ávida por cargos e honrarias, desejo que o levou a se envolver em disputas com os ex-governadores Azeredo Coutinho e Luís do Rego Barreto. Por fim, foi preso por ter sido o responsável e o mentor da Pedrosada. No que toca à sua relação com frei Caneca, acusou o frade de fazer parte da facção republicana da província, a fim de obter prestígio para si e seu sobrinho junto à Corte. Frei Caneca respondeu imediatamente tal acusação. De fato, é a partir desta reação que o frade se envolveu mais diretamente na política provincial. Frei Caneca o criticava remetendo às suas querelas com o bispo Azeredo Coutinho, quais sejam: a tradução de *A Arte de Amar* de Ovídio, as disputas em torno do cargo de professor régio e as que envolveram a Irmandade do Santíssimo Sacramento. No fundo, tal qual Azeredo Coutinho, Caneca criticava Gama por não se importar com o bem público, e sim com cargos e honrarias. Portanto, pretende-se demonstrar que as disputas políticas em Pernambuco iam além do centralismo e do federalismo, pois também envolviam os adeptos da racionalização administrativa, como Caneca, e os defensores de uma ordem profundamente identificada com o Antigo Regime, como Fernandes Gama.

Palavras-chave: Facções; Pernambuco; Independência.

“Republicanos, Anarquistas e Demagogos”: as representações da Sabinada na imprensa legalista

Renan Rodrigues de Almeida (Mestrando/UFES)

Resumo: A presente comunicação insere-se no campo da História Política do Período Regencial Brasileiro, em confluência com o domínio da História da Imprensa no Brasil. O

problema abordado se concentra nas representações da Sabinada, nas páginas de três periódicos legalistas contemporâneos a revolta: o jornal pernambucano “O Carapuceiro: Periodico sempre moral, e so’ per accidens politico”, o baiano “Correio Mercantil – Jornal Político, Comercial e Literário”, e o fluminense “Diário do Rio de Janeiro”. O marco inicial de nosso recorte temporal é o dia da deflagração da revolta, em 7 de novembro de 1837. Embora a derrota dos rebeldes ocorra em 16 de março de 1838, estenderemos nossa análise até meados de 1840, ano em que se deram por encerrados os processos criminais dos principais líderes da revolta. Optamos por recorrer ao periodismo por compreendê-lo como fonte privilegiada para a análise dos conflitos e tensões dos debates políticos, cujo dinamismo por vezes escapa aos livros. Propomos a apreciação do conteúdo desses jornais enquanto representações da revolta, e não como um retrato fiel e imparcial desta. Para tanto, utilizamos o conceito de “Representação social” conforme proposto por Roger Chartier em sua obra “A História cultural – entre práticas e representações”. A partir dessa perspectiva, pretendemos demonstrar o modo como esses jornais enxergavam os rebeldes compreendendo a forma como percebiam o próprio universo social que era o Império Brasileiro, bem como o lugar que ambos ocupavam nele.

Palavras-chave: Período Regencial; Sabinada; Imprensa.

A nota íntima da nacionalidade: críticas, crônicas e identidade em Machado de Assis (1858-1908)

Renata William Santos do Vale (Doutoranda/UFF)

Resumo: O principal sentido desta pesquisa é analisar as representações da identidade brasileira nas crônicas que Machado de Assis publicou ao longo de mais de 40 anos nos principais jornais do Rio de Janeiro. Machado apresentou sua visão da nacionalidade por meio da literatura em artigos publicados em 1858 e 1873, nos quais argumentava que, embora tivesse sido muito importante, o Romantismo já não dava conta de explicar e representar aquele mundo moderno de finais do século XIX. Falar de índios, florestas virgens, paisagens idílicas fora importante na afirmação de uma literatura brasileira de fato, mas o mundo mudava, e introduzir novos assuntos, formas de escrita e olhares para o Brasil era também modernizar-se, afinal, o artista era, invariavelmente, intérprete de seu próprio tempo. Comentar os acontecimentos cotidianos, explorar a sociedade brasileira do Oitocentos como uma fonte inesgotável de inspiração, registrar no papel a crônica daquela cidade e daquelas pessoas era escrever sobre o que tornava todos aqueles homens e mulheres brasileiros, para o bem e para o mal. Era inscrever aquela modernidade no texto literário, e por que não, na própria história. A obra de Machado de Assis foi o resultado da execução do programa literário que apresentou nos seus primeiros artigos,

provando ser possível representar o país e criar uma identidade por meio do sentimento íntimo e não das representações exteriores sobre o que era ser brasileiro. Nem sempre a intenção de Machado foi compreendida e apreciada por seus contemporâneos. Um rápido olhar sobre as críticas recebidas a respeito de seus livros evidencia a fragilidade dos homens de letras e do campo intelectual brasileiro, que não conseguiam enquadrar Machado em nenhuma corrente literária da época, que não compreendiam, ou talvez pouco, as intenções do escritor, e que se deixavam enredar nas cabriologens do texto. Essa crítica acabou por estabelecer os elementos fundamentais da obra de Machado que orientaram os estudos ao longo do século XX: o humor irônico, o estilo impecável da língua, o pessimismo, as digressões foram categorias muito usadas para falar de Machado de Assis. Mas a principal questão para a maior parte dos contemporâneos e dos críticos posteriores do escritor permanecia: Machado de Assis poderia ser considerado um escritor nacional? Essa é a resposta que buscamos ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: Identidade; Literatura Nacional; Machado de Assis; Crônica.

Gil Martins entre o comércio e a política: a criação do Partido Republicano Legalista no Piauí

Thiago Coelho Silveira (Doutorando/UNISINOS)

Resumo: Este trabalho analisa a atuação de Gil Martins Gomes Ferreira na criação do Partido Republicano Legalista em 1892, em um contexto de ruptura política entre os membros dos partidos existentes na capital do Piauí, Teresina. Gil Martins foi uma figura de destaque no cenário comercial e industrial do Piauí no contexto do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, de forma que a análise permitiu perceber que sua inserção no mundo da política se deu pela via econômica em um primeiro plano, utilizando do seu status de coronel para apoiar e financiar candidatos nos pleitos eleitorais, mas também como candidato em outros momentos. Neste trabalho especificamente, nos interessa o processo de criação de um novo partido no cenário piauiense e do jornal A Legalidade, órgão oficial de comunicação que surgiu simultaneamente ao partido, no momento de implantação do sistema republicano no Brasil e de instabilidade no cenário local com intensa troca de governadores nos primeiros anos. Ao lado de Gil Martins, aparecem outros sujeitos de destaque no cenário político local, inclusive contando com membros ligados aos setores da Igreja Católica, denotando o caráter conservador do processo de ruptura que estamos tratando, o qual se mostrou como disputa entre elementos proeminentes das oligarquias estabelecidas. Metodologicamente, nos subsidiamos nos aportes da micro-história pensando a emergência desse novo partido como um fato significativo para demonstrar como a formação dos partidos políticos no período em

estudo possuía um caráter heterogêneo, considerando-se as especificidades dos estados. Para tanto, utilizamos como fonte as edições do jornal A Legalidade disponíveis no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, bem como outros jornais que circularam no Piauí, Maranhão e no Rio de Janeiro, que tratam da criação do partido em estudo. A análise das fontes utilizou como subsídio o diálogo com a produção teórica e historiográfica de autores como Berstein (2003), Boehrer (2000), Rémond (2003), Nunes (2016), Pinheiro (2001), Queiroz (1994), dentre outros.

Palavras-chave: História; Política; Partido.

“A martirizante candidatura do Lincoln fluminense”: o Visconde do Cruzeiro e os conflitos na disputa eleitoral de 1872

Thomaz Santos Leite (Mestrando/UFJF)

Jerônimo José Teixeira Júnior (1830-1892), também conhecido como Visconde do Cruzeiro, foi um homem de multifacetadas relações e atuações. Devido à sua relação familiar, Teixeira Júnior se dedicaria profissionalmente aos negócios, assim como seu pai e seu avô materno, e apareceria, desde seus 28 anos de idade, como importante negociante e capitalista no Almanak Laemmert. Por outro lado, seguindo os passos do sogro, Marquês do Paraná, dedicar-se-ia, também, à carreira política, começando como deputado provincial pelo Rio de Janeiro por duas legislaturas (1854-1858) e ascendendo até se tornar, em 1875, Conselheiro de Estado. Enquanto deputado pela província do Rio de Janeiro, o Visconde ocupou, entre os anos de 1870 e 1872, cargos importantes na administração, como o de ministro no Ministério da Agricultura, e de presidente da Câmara dos Deputados, ficando conhecido por sua atuação em prol da emancipação e na confecção da Lei do Ventre Livre. Quando o Visconde de Itaboraí falece, em 1872, abre-se uma vaga de senador pelo Rio de Janeiro, de modo que, por ter se tornado conhecido pela sua atuação como deputado daquela província, Jerônimo decide concorrer à vaga. Foi então que uma campanha de boicote à sua candidatura começou a aparecer na imprensa periódica do Rio de Janeiro. Os inimigos que Teixeira Júnior havia angariado iam desde os eleitores da província até os correligionários do Partido Conservador. Os argumentos para o boicote eram diversos, mas, em sua maioria, diziam respeito à sua atuação na questão da reforma do elemento servil. Porém, ao mesmo tempo se percebe, também, uma grande quantidade de artigos na imprensa defendendo Jerônimo das acusações de traidor dos agricultores e da província do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a comunicação objetiva apresentar, a partir da análise de publicações do Diário do Rio de Janeiro, do ano de 1872, e de documentos do Arquivo Privado de Jerônimo, o impacto das escolhas do Visconde do Cruzeiro em sua trajetória política, sobretudo no que diz

respeito à sua atuação, mesmo dentro do Partido Conservador, em torno na emancipação dos escravizados e as implicações disso na sua disputa ao Senado, buscando apresentar, assim, um pouco do cenário político após a aprovação da lei do ventre livre.

Palavras-chave: Visconde do Cruzeiro; Eleição; Lei do Ventre Livre.

ST03 – REFLEXÕES IMPERIAIS: ESCRITOS E AÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS NO MUNDO LUSO-BRASÍLICO (1750-1822)

Coordenação: Marieta Pinheiro de Carvalho (Doutora/UNIVERSO)

Nívia Pombo (Doutora/UERJ)

A descoberta do ouro no final do século XVII e a perda progressiva dos domínios do Oriente, reorientaram a preocupação da Coroa com os domínios da América no Setecentos. Em 1736, ano que D. João V decreta a criação das secretarias de Estado, o célebre estadista D. Luís da Cunha asseverou “as conquistas, que supus ser um acessório de Portugal, eu as tenho pelo seu principal e ainda garantes da sua conservação, principalmente as do Brasil”. A herança dessa concepção imperial se fez sentir com mais propriedade após 1750, como tem destacado historiadores de distintas visões teóricas, como Fernando A. Novais, André Mansuy Diniz-Silva, Jorge Pedreira, entre outros. Dentro dessa perspectiva, a ascensão de d. José I (1750-1777) ao poder pode ser vista como o início de uma longa fase de transformações que ultrapassam o seu reinado e se estendem pelos consequentes (d. Maria I - 1777-1816); d. João VI - 1816-1826). O sentido geral das mudanças realizadas era promover reformas para assegurar a sobrevivência do reino luso no equilíbrio de poderes das monarquias europeias, tendo a América portuguesa um papel fundamental nesse processo. O objetivo deste simpósio temático é contemplar discussões que perpassem a conjuntura compreendida entre 1750 a 1822, e que tenham como propósito apresentar trabalhos concernentes ao mundo luso-brasílico, num contexto marcado por transformações no jogo de forças das potências europeias, e que se fizeram sentir internamente nas relações entre Portugal e sua principal colônia. De um modo geral, propomos agregar pesquisas que reflitam sobre os diferentes aspectos que marcaram esse amplo período, sejam os de ordem econômica, política ou social nos quadros do reformismo ilustrado. O ST acolhe também estudos que reflitam sobre: os desafios da manutenção do império colonial português frente as instabilidades político-diplomáticas da virada do século XVIII para o XIX; o papel do reformismo ilustrado como chave interpretativa das ações metropolitanas com relação ao espaço colonial; a comunicação política entre as instituições centrais e as instâncias locais; as resistências das elites locais frente aos interesses metropolitanos; as viagens filosóficas realizadas pelo território da América portuguesa e o memorialismo. De igual maneira, serão bem-vindos trabalhos que contemplem a atuação de personagens que tiveram um papel fundamental de refletir, em seus escritos, sobre as questões caras ao império nesse período; as ações de

governadores ou de agentes coloniais com respostas aos problemas do governar; o papel das Secretarias de Estado – com destaque para o Erário Régio e a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios do Ultramar – que exerceram por meio dos seus funcionários ações na elaboração e delineamento de novas políticas coloniais para as diferentes partes da América portuguesa. Acreditamos, por fim, que a oportunidade de reunir pesquisas que analisem as práticas e as reflexões que conformaram a experiência colonial luso-brasílica, permitirá a formação de um rico espaço de trocas teóricas e metodológicas para a problematização dos estudos que dedicam atenção para o recorte aqui proposto.

COMUNICAÇÕES

Leituras e Leitores no Brasil do Antigo Regime: bibliotecas particulares de letrados luso-brasileiros

Claudio Miranda Correa (Mestrando/UERJ)

Resumo: Esta comunicação tem como ponto de partida a investigação que vimos realizando sobre a Mesa do Desembargo do Paço, salientando sua atuação enquanto órgão de censura no Rio de Janeiro no princípio do século XIX. Com a transferência da Corte portuguesa para a cidade, ficou a cargo deste tribunal o exame sobre os escritos que intentavam ganhar vida nos prelos da Impressão Régia ou entrada nas alfândegas do Brasil. É por meio dos livros impressos, presentes em bibliotecas particulares, que buscamos a representação da tensão entre a tomada de posições críticas, representada pelas Luzes, e a tradição de uma sociedade do Antigo Regime. Apesar da preocupação dos soberanos em evitar a circulação de livros que veiculassem os “perniciosos princípios franceses” ou as doutrinas heterodoxas, os letrados luso-brasileiros não deixaram de conhecer e de compartilhar as novidades de sua época. Suas leituras adquiriram tonalidade própria, informando de diferentes maneiras suas ações seguintes. Ao percorrer o catálogo de livrarias particulares, nosso objetivo é demonstrar justamente como os temas e as formas de recepção variavam de modo constante, resultando em distintos projetos e trajetórias de vida. Para tanto, procedemos a um estudo comparado, a partir de uma classificação bibliográfica do período. As personagens eleitas para a amostragem são: o bacharel Mariano José Pereira da Fonseca (1773-1848), o lente Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), o engenheiro Daniel Pedro Müller (1785-1841) e o negociante Francisco Agostinho Gomes (1769-1842).

Palavras-chave: Bibliotecas Particulares; Letrados; Censura; Período Joanino; Classificação Bibliográfica.

A formação do Império tropical brasileiro: Corte, Alimentação e Práticas de distinção

Fernando Santa Clara Viana Junior (Doutorando/UFES)

Resumo: Este trabalho elege como tema central de discussão a forma como os rituais cortesão – em especial, os relacionados à alimentação – sofreram modificações e adaptações em função da chegada da corte lusa ao Brasil, a partir de 1808. Tais rituais se apresentaram como meio de distinção e de inserção das elites políticas e econômicas locais – a chamada nobreza da terra – entre os membros da corte adventícia. Para além dos processos de articulação política para se inserirem em um novo grupo social, que se formava com o advento de uma nova dinâmica administrativa, as nobrezas lusa e brasileira forjaram novos modos de se relacionarem e de se expressar no cotidiano. Logo, tratarmos dos códigos de conduta entre os cortesãos, o advento de novos elementos cotidianos e a manutenção deste espaço, faz-se essencial para compreender o período, em que as tramas cotidianas se fundem a outros aspectos do modelo de organização social que se instaurava na capital do que fora definido, em 1816, como Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o Rio de Janeiro. Para aferirmos as adaptações, num primeiro momento, faz-se necessário analisar os universos costumeiros, tanto da corte lusa quanto da nobreza da terra que ocupada a capital à época. Para compreendermos Portugal, vasta é a bibliografia que versa sobre a temática no período, destacando-se, em especial, a obra de Isabel Drumond Braga, *Sabores do Brasil em Portugal*. Extrapolando o espaço alimentar, a autora revela muito do cotidiano do período em fins de século XVIII e início do século XIX em Portugal, especialmente. No caso do Brasil, por sua vez, além da obra em questão, também abordaremos edições do *Almanaque da Cidade de Rio de Janeiro*, escritos por Antônio Duarte Nunes, para os anos de 1792 e 1799. Após, analisaremos o *Almanach do Rio de Janeiro de 1816*, para avaliarmos, num quantitativo, as mudanças ligadas aos quantitativos e qualitativos de estabelecimentos voltados à comercialização de produtos e serviços ligados ao usual do grupo distinto formado na capital. Assim, analisando processos de modificação da estrutura cotidiana de portugueses e brasileiros, pretendemos apontar rupturas e permanências que se fizeram e foram necessárias em terras brasileiras para a construção e a sustentação daquele território enquanto capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Palavras-chave: Corte no Brasil; Corte Joanina; Cotidiano cortesão.

“Muitos literatos de todas as nações se tem dado a este proveitoso trabalho”: a tradução no mundo luso-brasileiro sob as Luzes (1750-1800)

Gabriel de Abreu Machado Gaspar (Mestrando/UFF)

Resumo: Durante o Século das Luzes, as novas ideias e formas de pensamento ganharam o mundo através das traduções. As novidades científicas de Newton; a filosofia de Voltaire e Rousseau; as belas letras de Pope e Richardson; as obras de autores clássicos e medievais como Homero, Cícero e Shakespeare despertaram o interesse de letrados e tradutores das mais diversas regiões. A língua latina havia perdido a preeminência adquirida nas centúrias anteriores e os letrados passaram a dialogar e discutir sem recorrerem a uma língua franca que mediasse seus contatos. As línguas vernáculas ascenderam, neste contexto, enquanto veículos de transmissão de textos e ideias aos novos públicos que emergiam. Em vista disso, o volume de obras traduzidas cresceu substancialmente em diversos estados europeus e atingiu seu pico nos três últimos decênios do século XVIII. A publicação de traduções de obras estrangeiras de sucesso movimentou o mercado livreiro dos mais importantes centros impressores da Europa, como Paris, Londres e Leipzig. Outras cidades como Nápoles, Dublin, Edimburgo, Copenhagen, Estocolmo, Berlim e São Petersburgo também produziram um número significativo de traduções vernáculas. O mundo luso-brasileiro, em meio ao reformismo ilustrado que caracterizou o período, não permaneceu alheio a este processo e assistiu a uma profusão de traduções ao longo da segunda metade do Setecentos. A publicação em língua portuguesa de livros, notificações e panfletos estrangeiros impactou diretamente a recepção, com tons próprios, das ideias ilustradas advindas de outros estados europeus, sobretudo França e Inglaterra. O objetivo deste trabalho é apresentar os fluxos e tendências gerais das obras traduzidas para a língua portuguesa entre os anos de 1750 e 1800 no que concernem aos temas, idiomas, cidades de publicação e o perfil socioprofissional dos tradutores identificados. Para tanto, foram utilizados dados sistematizados a partir da resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa intitulada *A Tradução em Portugal* (1992), organizada por António Augusto Gonçalves Rodrigues.”

Palavras-chave: Tradução; Ilustração; Mundo luso-brasileiro.

A lavoura canavieira e a reorganização da infraestrutura viária na integração da Capitania de São Paulo ao mercado atlântico (1765-1822)

José Rogério Beier (Doutorando/USP)

Resumo: No contexto econômico das relações entre o Império português e sua colônia na América, a década de 1760 marca, a um só tempo, o auge das exportações de ouro

para a Europa e o início do processo de retração da economia mineradora. Refletindo essa conjuntura de crise, reforçada pelas hostilidades entre as Coroas ibéricas na Europa e suas disputas por soberania sobre territórios americanos, Portugal vinha promovendo, desde a ascensão do rei José I (1750-1777), novas diretrizes em sua política econômica. O objetivo era reforçar os laços de exploração colonial através de um projeto integrado de fomento ao desenvolvimento manufatureiro na metrópole e da agricultura tradicional nas colônias. Nesse cenário, a Capitania de São Paulo, cuja economia, até então, baseava-se na cultura de subsistência e abastecimento interno, com pouca integração ao mercado exportador, teve sua autonomia administrativa restaurada em 1765 e, mais do que isso, passou a receber constantes estímulos da Coroa, através de seu capitão-general, para o desenvolvimento de uma infraestrutura de produção agrícola capaz de gerar excedentes para o comércio internacional. Dentre a variedade de produtos introduzidos em São Paulo com vistas ao mercado exportador, o açúcar foi o que se consolidou como o principal item da pauta de exportação paulista já no final do Setecentos. Suas principais áreas de produção localizavam-se no interior, a centenas de quilômetros de seu porto escoador. Considerando a importância dos processos econômicos na definição da rede de caminhos e novas modalidades de transporte, esta comunicação toma como principal objeto de estudos a expansão da lavoura exportadora canavieira pelo planalto paulista e seu papel na reorganização da rede viária da Capitania de São Paulo a partir do último quartel do século XVIII. O problema que se propõe analisar diz respeito ao modo como as áreas de produção açucareira se articularam ao mercado exportador, o qual postulamos ter se dado indiretamente, pela formação de um subsistema de comércio em que a cidade de São Paulo e o porto de Santos se apresentam pontos intermediários e o Rio de Janeiro como o centro dinâmico e articulador da capitania paulista ao mercado Atlântico.

Palavras-chave: Infraestrutura viária; Açúcar; Capitania de São Paulo; Mercado Atlântico.

Uma América tão distante e tão perto: as narrativas sobre o ser americano nas primeiras décadas do século XIX

Juliana Gomes de Oliveira (Doutoranda/UFOP)

Resumo: Quando se pensa em um pertencimento Americano, em uma apreensão mais abstrata, a primeira imagem recebida remonta ao contexto dos Estados Unidos da América. Isto é, esquecem-se os demais países americanos, sejam eles da porção Norte do continente americano, sejam eles latino-americanos. O próprio conceito de América Latina torna-se complexo, uma vez que, do ponto de vista sócio-político-cultural, surge a seguinte indagação: o que entendemos por América Latina? As perguntas iniciais são de suma importância, e precisam, ainda, serem ampliadas: Como se determina quem o é ou

não? Quem utiliza esse adjetivo e como é sua apropriação em diferentes momentos? Na historiografia ibero-americana, ocorre uma problemática que corresponde aos estudos sobre o conceito de América nas independências, ou seja, o embate sobre ser americano fragmenta a América, tangenciando principalmente à perspectiva norte-americana como provedora e patriótica dessa representação. Grosso modo, para esta pesquisa, buscamos compreender uma mudança política com narrativa americana a partir das Cortes e em espaços públicos de discussão que foram desenvolvidos a partir da dinâmica da Modernidade, que surgiam no desenho inicial e no primeiro momento de uma conjuntura vista sobre uma experiência temporal que nas discussões foram analisados a partir dos exemplos levantados e conectados aos eventos em debate. Foram primordialmente buscadas narrativas que lidaram com as trajetórias históricas e com os acontecimentos ligados a América, posto que compartilhamos do pressuposto que a América esteve umbilicalmente ligada à forma pelas quais utilizavam de uma narrativa de pertencimento americano. Entendemos que essas narrativas não podem isolar-se em si, e para o entendimento dessas complexidades, partimos, a princípio, que o estudo acerca dessas etapas, da narrativa de pertencimento, tanto no que compele a tradicional historiografia, quanto a atual, apontam sobre um sentido político para a construção dessas narrativas.

Palavras-chave: Século XIX; Historiografia; América.

Questões de governança: o Espírito Santo de inícios do século XIX através da correspondência política dos seus governadores

Livia Scheiner Costa (Doutoranda/UFES)

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo apresentar resultados de pesquisa acerca do reposicionamento da Capitania do Espírito Santo, em inícios do século XIX, na rede que conforma a monarquia pluricontinental lusa. Neste sentido, dialoga com a historiografia recente sobre a economia e a sociedade capixabas, bem como com os estudos sobre os grupos políticos e as redes de poder locais. Sabemos que, entre segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, gesta-se, por parte da administração do Reino, um amplo projeto de aproveitamento do potencial humano e natural da América lusa, incorporando-se aos planos de governo relatórios e estudos científicos – muitos dos quais realizados por estudiosos de origem brasileira. Com relação ao Espírito Santo, empreende-se a pesquisa sobre as condições de navegabilidade do Rio Doce, como forma de penetração para o interior, e o incentivo aos cultivos locais. A tarefa ficou a cargo de sucessivos administradores (capitães-mores e, a partir de 1797, por decreto do regente, governadores). Diante deste cenário, apresentamos para debate duas questões de investigação. A primeira indaga até que ponto o Espírito Santo

permanece, de fato, periférico nesse momento de virada na política metropolitana. Decorrente desta, perguntamos também em que medida os grupos proprietários locais são chamados a participar da gestão desses recursos sendo, desta forma, atraídos para o centro. Percorremos as principais temáticas e o conteúdo da correspondência recebida durante os governos de Silva Pontes (1800-1804) e Manuel Tovar (1804-1812), num total de 199 cartas, depositadas, atualmente, no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Utilizamos como ferramenta de análise as categorias e o tratamento sugerido pelo grupo de pesquisadores do projeto A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808), buscando apreender o papel que território recortado passa a desempenhar na rede de relações entre as diferentes porções do Império. Por ora, ressaltamos como resultado que tal esforço contribuiu para se pensar de que forma a Capitania do Espírito Santo foi, aos poucos, ganhando nova importância, sob a ótica dos poderes do centro. De capitania periférica, esta passa a representar a porta de acesso para os sertões e, ao mesmo tempo, a ponte entre os circuitos econômicos e as redes de poder do Centro Sul e os sertões, zonas de fronteira ainda não incorporadas ao domínio metropolitano.

Palavras-chave: Monarquia pluricontinental; Capitania do Espírito Santo; Comunicações políticas.

O governo dos escravos e os agentes da governança: escravidão e controle na capitania do Espírito Santo (1781/1821)

Thiara Bernardo Dutra (Doutoranda/UFES)

Resumo: Ao levantar o problema em torno da interferência do Estado nas relações escravistas recorreu-se ao estudo das autoridades governamentais da capitania do Espírito Santo entre 1781 a 1821. A partir da análise das correspondências administrativas trocadas entre os diversos níveis de poder na capitania verificou-se os principais assuntos da agenda política local e imperial. Dentre os assuntos, identificou-se aqueles que se tratavam da escravidão, no qual se teve acesso às demandas que chegavam aos governadores da capitania. Na presente comunicação apresentamos os principais assuntos das correspondências trocadas entre a Coroa portuguesa, os governadores das capitanias e os poderes locais referente à escravidão. Através da documentação analisada observou-se que a resolução dos embates referentes à escravidão, limitava-se às autoridades locais e governamentais da capitania, visto que as correspondências referentes às demandas foram todas confeccionadas no âmbito interno da capitania, pelos agentes da governança ou elementos da sociedade capixaba. Esses registros encontram-se no livro de Correspondências recebidas pelo Governo da Capitania, que parece ter

funcionado como importante canal de comunicação entre a população, as autoridades locais, o governo da capitania e a Coroa.

Palavras-chave: Capitania do Espírito Santo; Escravidão; Governadores.

ST04 – ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO: SOCIABILIDADES, RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE SOCIAL

Coordenação: Rafaela Domingos Lago Nunes (Doutora/FACULDADE NOVO MILÊNIO)

A abordagem da historiografia da escravidão das décadas de 1970 e 1980, que havia transferido a ênfase das pesquisas para o papel social dos próprios escravos, apresentou evidências de que os cativos construíram amplas e sólidas redes de relações, e que suas principais aspirações eram o acesso à terra, à formação de famílias e a certo grau de autonomia na vida cotidiana. Pesquisas na área promoveram também uma formulação diferenciada do problema do pós-abolição. Esta mudança de perspectiva implicou numa abordagem das sociedades pós-emancipação mais centrada na experiência dos libertos, no estudo de suas aspirações e de suas atitudes em face do processo emancipacionista e dos novos contextos sociais por ele produzidos. Este simpósio pretende, portanto, abrir espaço para discussão de pesquisas que tratem, sobretudo, da ação dos escravos no século XIX – que negociavam, adquiriam família, possuíam uma vida cultural e comunitária –, bem como das atitudes dos libertos, que teriam interferido nos processos de reconfiguração de relações sociais e de poder que se seguiram à abolição do cativeiro.

COMUNICAÇÕES

Escravidão e liberdade na Guerra do Paraguai: as alforrias condicionadas ao serviço militar

Denise Moraes Gouveia da Silva (Doutoranda/UNIRIO)

Resumo: Em decreto publicado em 6 de novembro de 1866, após acirrada discussão no Conselho de Estado, o Império brasileiro ordenou a concessão de liberdade gratuita aos escravos da Nação que pudessem servir ao Exército. O mesmo dispositivo acabou propiciando a libertação de escravizados de conventos e Ordens Religiosas. E, em seguida, abriu espaço também para que proprietários de todo o país vendessem seus cativos ao Estado, sendo esses, então, alforriados com a condição de seguirem para a Guerra. O conflito com o Paraguai já durava quase dois anos. As forças militares do

Império, que tinham argentinos e uruguaios como aliados, estavam desorganizadas e careciam de soldados. Por outro lado, internamente, os esforços de mobilização para o recrutamento estavam em crise. O alistamento se mostrava cada vez mais difícil. E a guerra, que inicialmente pensavam, seria rápida, ainda não dava sinais de seu fim. A necessidade de homens para o campo de batalha levou o tema do recrutamento de escravos ao alto escalão do governo. Mas a proposta apresentada pelo Imperador tocava numa instituição delicada para aquele grupo de nuances conservadoras. A libertação de escravos, fosse gratuita ou mediante indenização, era um tema caro a um Império tão fortemente atrelado à Escravidão. Este trabalho se debruçou sobre registros de diferentes arquivos do Rio de Janeiro para entender como aconteceram as compras de escravizados pelo Império durante a guerra, suas alforrias e quais foram os possíveis significados destes movimentos. Foram reunidos mais de 600 recibos de venda de escravos da Bahia e do Maranhão, além de centenas de outros documentos sobre as vendas e libertações condicionadas em outras províncias nos anos de 1867 e 1868. A pesquisa pretende mostrar quem foram os agentes envolvidos nas transações, em que condições elas foram realizadas e quais os possíveis desdobramentos disso no Segundo Reinado.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Guerra da Tríplice Aliança; Escravidão; Alforria.

Os últimos anos da escravidão nos jornais do reduto da grande lavoura cafeeicultora do Espírito Santo (1885-1889)

Geisa Lourenço Ribeiro (Doutoranda/UFES)

Resumo: Nos anos finais da escravidão, o reduto da grande lavoura do Espírito Santo, isto é, a rica região sul da província, cuja colonização intensificou-se a partir de meados do século XIX após o surto cafeeiro, possuía dois jornais. O Cachoeirano, mais antigo, iniciou suas atividades na década de 1870 e ultrapassaria os primeiros decênios do regime republicano. Apresentou-se no período como “órgão imparcial”. Já O Constitucional, autodeclarado “órgão do Partido Conservador”, de vida mais efêmera, iniciou suas atividades em 1885 e as encerrou no alvorecer da República, em 1889. Embora estivessem em campos políticos distintos, as duas publicações dominicais destacaram em suas edições do dia 20 de maio de 1888 a abolição da escravidão no Brasil em tom comemorativo do “glorioso” e “pacífico” ato. Entretanto, a leitura atenta das edições dos anos anteriores de ambos os jornais e, até mesmo, dos próprios números comemorativos, oferece uma visão distinta sobre o “13 de Maio” e os eventos e pessoas a ele relacionados. A análise de conteúdo, guiada por Laurence Bardin, permite perceber que a alegria pela abolição conflitou com os temores e preocupações em relação à transição do trabalho servil para o trabalho livre e, mais ainda, com um esforço para retardar o máximo possível tal transição. O sul

do Espírito Santo – com destaque para o município cafeeiro de Cachoeiro de Itapemirim – era a região mais rica da província e também a mais dependente da mão de obra escrava. Aliás, em parte, graças à atração exercida pela zona cafeeira, a província capixaba aumentou sua população escrava nas décadas seguintes ao fim do tráfico Atlântico de forma espetacular, alcançando o segundo lugar em concentração cativa do Brasil em 1872. Embora tais dados sejam significativos, é necessário reconhecer que as grandes fazendas cafeeiras do Espírito Santo não alcançaram o mesmo dinamismo observado no RJ ou SP. Contudo, longe de inviabilizar a região para a pesquisa, as características locais tornam-na espaço privilegiado para o estudo do processo de abolição da escravidão brasileira. A análise de O Constitucional e de O Cachoeirano ajuda a compreender não apenas a visão das elites que usavam tais veículos para expor suas preocupações e defender seus projetos nos anos finais da escravidão, mas também permite, ainda que indiretamente, apreender a ação dos trabalhadores escravizados, isto é, dos sujeitos mais interessados na discussão e na transformação do regime escravista que, de formas variadas, fizeram suas vozes serem ouvidas.

Palavras-chave: Escravidão; Abolição; Jornais; Espírito Santo.

Os africanos presentes na lista nominal da população de Itapemirim em 1833

Laryssa Da Silva Machado (Mestre/UFES)

Resumo: O presente artigo pretende analisar a Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833, documento que apresenta os 2.937 habitantes que se dividiam em 303 fogos. Dentre esse número, 1.596 almas eram cativas, a maioria de africanos. As lavouras de cana de açúcar instaladas em Itapemirim a partir do século XVIII fez com que grande quantidade de escravos chegasse à região. Nos fins dos Setecentos e início dos Oitocentos, fazendeiros mineiros, fluminenses e paulistas migraram para o Vale do Rio Itapemirim e consigo trouxeram seus cativos, adquirindo outros conforme o cultivo da cana e produção de açúcar fossem bem sucedidos. Por conta disso, Itapemirim se tornou importante região de desembarque de africanos, o que pode ser demonstrado pelos números populacionais. Assim, a Lista Nominal de 1833 revela o número elevado de escravos que havia na região, muitos deles africanos, e descreve seus nomes, cor, idade, estado civil, profissão e nacionalidade. Dos senhores, também descreve as posses, e acaba por revelar detalhes e aspectos do cotidiano dessa sociedade.

Palavras-chave: Escravidão em Itapemirim; Africanos em Itapemirim; História de Itapemirim; História do Espírito Santo; Escravidão no Espírito Santo.

A herança da escravidão na sociedade capixaba no imediato pós-abolição

Rafaela Domingos Lago Nunes (Doutora/FACULDADE NOVO MILÊNIO)

Resumo: Neste artigo será analisada a questão da inserção social dos libertos no Espírito Santo no imediato pós-abolição, entre 1889 e 1910, a partir de análise de registros civis de nascimento de Vitória, dos jornais locais A Província do Espírito Santo e O Cachoeirano, relatórios de Presidente de Estado e ofícios de juizes municipais enviados ao presidente de Estado. Pretende-se verificar o estabelecimento dos ex-escravos na região considerando as relações sociais construídas e consolidadas ainda no cativeiro, quando boa parte dos escravos ainda estava ligada entre si por extensas redes de parentesco. As análises das fontes, sobretudo notícias de jornais, lançam luz sobre relações conflituosas, evidenciando a herança da escravidão na sociedade capixaba, no trato de ex-senhores e autoridades locais com muitos libertos que ali permaneceram ou chegaram.

Palavras-chave: Pós-abolição; Libertos; Relações sociais; Espírito Santo; Século XIX.

Questionando a carta régia de 1798: trato negreiro, políticas indígenas e disputas políticas na província do Pará (1821-1831)

Samuel Rocha Ferreira (Mestrando/ UNIFESP)

Resumo: A presente comunicação pretende abordar os debates em torno da eficácia da política indigenista emanada da carta régia de 12 de maio de 1798 na província do Pará, durante o Primeiro Reinado. Os questionamentos de tal política indigenista foram expressos a partir de projetos de civilização de índios, na maior parte dos casos. De uma forma geral, afirmava-se que a carta régia de 12 de maio de 1798 dava muita liberdade aos índios, possibilitando deserções e ocasionando prejuízos à economia. Além disso, afirmava-se também que os indígenas não tinham alcançado nível civilizacional para ter tamanha autonomia, sendo assim necessária uma política mais tutelar. Parte-se da hipótese de que tais proposições foram informados por três aspectos: primeiro, elas podem ter sido uma reação à resistência indígena ao trabalho compulsório operado dentro dos marcos da carta régia de 12 de maio de 1798. De fato, os índios lançaram mão de inúmeros instrumentos para evitar o labor obrigado: aproveitando a novidade trazida pelas Cortes de Lisboa, muitos indígenas passaram a argumentar que eram cidadãos e que o trabalho obrigado era ilegal por configurar prisão sem culpa formada. Outro meio de resistência foi a deserção maciça, seja através de mudanças permanentes para locais ermos, ou deslocamentos temporários afim de evitar os recrutadores de braços indígenas. Mas entre 1823 e 1825, a resistência assumiu forma insurrecional, com um grande levante armado de índios demandando não serem mais obrigados ao trabalho. Segundo, na

década de 1820, dois grupos rivais lutaram pelo controle da província e, no interior dessa luta, a disputa pelos braços indígena foi central. Primeiramente, esse embate ocorreu no interior do Império Português, mas o mencionado levante indígena foi um dos fatores que precipitou a adesão das elites paraenses ao projeto do Império Brasileiro. Assim, a luta pelos braços indígena tornou-se parte da formação do Estado nacional brasileiro no Pará e, acreditamos, tais embates informaram a formulação de questionamentos a carta régia de 12 de maio de 1798. Em terceiro lugar, o fato de que a extinção do trato negreiro estava no horizonte de expectativas dos homens do Primeiro Reinado, a partir do pacto firmado entre Brasil e Inglaterra, em 1826-1827. Tal acordo intensificou as discussões sobre a mão de obra, e alguns políticos e publicistas aventaram a civilização dos índios como meio de prover braços e sustar os males, à época, associados ao trato negreiro: africanização e a suposta corrupção moral trazida pelos africanos. No Pará, em alguns documentos, os partidários da revogação ou reformulação da política indigenista emanada da carta régia de 12 de maio de 1798 mencionaram a possível falta de braços africanos como uma das razões para o questionamento. Quanto ao recorte temporal, o ano de 1821 marcou chegada do liberalismo vintista ao Pará, estabelecendo uma nova arena de conflito, na qual o embate pela mão de obra indígena foi feito, mas, em parte, também as políticas indígenas. As elites paraenses divergiram sobre se a implementação do liberalismo na província deveria ser restringida ou ampliada. Os índios, por seu turno, reivindicaram cidadania e, partir dela, a invalidação do trabalho compulsório. Em 1831, o sistema liberal representativo foi duramente abalado com um golpe de estado que depôs o presidente de província e deportou membros da facção a qual ele era aliado.

Palavras-chave: Política Indigenista; Trabalho compulsório; Nação.

“Não há mais escravos”: as festas da abolição e a imprensa em São Luís

Silvan Sousa Mendes (Mestrando/UFMA)

Resumo: A historiografia maranhense com relação ao século XIX e as vivências no mundo do trabalho tem publicado pesquisas de profunda relevância que se interessam justamente pela escravidão, principal mão de obra do Maranhão oitocentista, essa temática tem sido cada vez mais debatida sobre diversos aspectos, porém a transformação do trabalho que se deu pela Lei de 13 de maio de 1888 fruto de outras aberturas jurídicas em anos anteriores permanece ainda carecendo de produções mais pontuais. Este artigo tem como objetivo principal analisar a participação da imprensa no momento da abolição, sobretudo na divulgação das festas em sua comemoração por toda cidade de São Luís, para tanto, os jornais Pacotilha, Diário do Maranhão e O País são tomados como principal

fonte de análise, bem como sua materialidade, historicidade para de compreender uma possível influência destes nas festas da abolição e dos agentes que dela participavam.

Palavras-chave: Festa; Abolição; Imprensa.

ST 05 - CULTURA JURÍDICA E FORMAÇÃO INSTITUCIONAL NO BRASIL: JUSTIÇA, PODER E ECONOMIA NA FORMAÇÃO DO ESTADO

Coordenação: Adriana Pereira Campos (Doutora/UFES)

Este simpósio temático tem como objetivo correlacionar a perspectiva analítica propiciada pelo conceito de cultura jurídica para abordar o campo de formação política no Brasil com a constituição de suas bases institucionais desde sua Independência. Neste sentido, será nosso objetivo debater o período pré e pós-formação do Estado nacional, os princípios de soberania, justiça, autonomias, corporações e espaços de poder instituídos num período de crise do Antigo Regime, do reformismo ilustrado e das novas codificações. A Independência trouxe consigo a difícil tarefa de organização do Estado nacional. No entanto, a elite brasileira, ao longo do processo de emancipação política, conservou, em grande medida a ordem institucional e administrativa portuguesa. Reiteraram em 1823 a vigência das leis portuguesas até a organização dos novos códigos ou alterações em dispositivos específicos. Desde o início das decisões legislativas dos novos parlamentares no Brasil, delineou-se a construção de uma monarquia constitucional e, ao mesmo tempo, a emergência de uma reforma institucional que desse conta de resolver aspectos relacionados às jurisdições de antigos órgãos da administração herdada e da construção e novos códigos. O novo parlamento, por sua vez, tentava cumprir a missão de traduzir os anseios de uma geração que havia se inspirado nas teorias iluministas, como as de Bentham e de Beccaria, para o ordenamento jurídico brasileiro. Isso deveria se refletir na criação das novas instituições e na composição da legislação nacional. Tal tarefa se revelou, desde o início, complexa e conflituosa, pois evidenciava as lutas que deviam ser travadas no campo político e ideológico por uma elite política e econômica que estava longe de possuir convergência em seus projetos. Mesmo assim, entre o primeiro reinado e o período regencial foi possível pactuar algumas mudanças importantes tanto no sentido de substituir antigas instituições, como trazer à cena os novos códigos civil e criminal, que por si estabeleceram importantes debates em torno da cultura jurídica nacional.

COMUNICAÇÕES

A inconstitucionalidade congênita do sistema prisional brasileiro: uma análise das prisões do período oitocentista

Brunela Vieira de Vincenzi (Pós-Doutora/UFES)

Luma Vilela Ramos Fonseca (Mestranda/UFES)

Priscila Ferreira Menezes (Mestranda/UFES)

Resumo: A proposta desta pesquisa é analisar a implantação do Sistema Penitenciário no Brasil oitocentista, com ênfase na verificação da coerência entre as disposições normativas e a realidade verificada nos estabelecimentos prisionais da época, em especial, na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, Casa de Correção de São Paulo e na Casa de Prisão com Trabalho da Bahia. No estudo serão considerados aspectos políticos, normativos e fáticos da época, extraídos de documentos oficiais e bibliografia especializada. O marco inicial será o ano de 1822, momento de grandes transformações políticas - como a Proclamação da Independência do Brasil -, que acabaram por provocar à época intensas mudanças no sistema penal e no aparato prisional brasileiro, com enfoque na outorga da Constituição de 1824, substituição das antigas ordenações portuguesas por códigos modernos, abandono da crueldade das penas supliciais, e por fim, o que mais importa à pesquisa: a criação de estabelecimentos penais com base em modelos desenvolvidos no contexto do movimento universal de reforma e modernização penitenciária. A base documental utilizada permite constatar que os estabelecimentos penais examinados apresentam um histórico similar: i) o projeto de construção não foi fielmente executado, ii) a ocupação foi iniciada antes da conclusão das obras, que foram modificadas e interrompidas por falta de verbas, e iii) o estabelecimento prisional logo se tornou alvo de reclamações e denúncias pela precarização da estrutura, superlotação, oferta insuficiente de trabalho e pelo tratamento desumano conferido aos presos. O presente estudo revela que os problemas relacionados ao sistema penitenciário brasileiro são congênitos, ou seja, estão presentes desde seu nascimento, que remonta aos tempos do Império. Nesse sentido, a análise permitirá identificar as raízes históricas do quadro de violações massivas de direitos fundamentais, verificado ainda hoje nas unidades prisionais brasileiras, declarado pelo Supremo Tribunal Federal como inconstitucional.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário Brasileiro; Século XIX; Violações de Direitos Humanos; Estabelecimentos Prisionais Oitocentistas.

Os agentes fiscais da Câmara Municipal de São Paulo (1828-1841)

Cláudia de Andrade de Rezende (Mestranda/UNIFESP)

Resumo: Os fiscais foram criados pela lei regulamentar de 1º de outubro de 1828, responsável por determinar as atribuições das câmaras municipais no Império do Brasil como administrativas, bem como pontuar a forma de eleição e funções de seus oficiais. Nomeados pela edilidade, juntamente com seus respectivos suplentes, tanto para a cidade quanto para suas freguesias e capelas curadas, eles foram os principais encarregados das funções policiais da câmara municipal de São Paulo, zelando pela execução e cumprimento das suas posturas comerciais, construtivas e sanitárias. Em vista da centralidade dessas atividades para a promoção do “bom governo” e “bem-estar” dos habitantes das vilas e cidades, nossa problemática é pensar na configuração das tarefas de abastecimento e fiscalização, mimetizadas na ação dos fiscais, a partir de um momento chave de mudanças político-institucionais propiciadas pelos desdobramentos do processo de Independência no Brasil, principalmente na pujante São Paulo, uma das regiões do Centro-Sul fortemente estimulada com a instalação da Corte no Rio de Janeiro em 1808. Para tanto, nossos principais objetivos são: analisar os desdobramentos da administração realizada pelos fiscais e suplentes, bem como refletir sobre a lógica de funcionamento desse cargo (formas de recrutamento e rotatividade). Aspirando respondê-los, nos debruçamos sobre a legislação a respeito das câmaras municipais no Império do Brasil e sobre a documentação local, produzida por essa instituição, a saber: Atas da Câmara Municipal de São Paulo e Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo. Desse modo, cotejamos aquilo que era previsto na lei sobre as funções municipais para o período com a dinâmica cotidiana das atribuições de abastecimento e fiscalização desempenhadas pelos fiscais.

Palavras-chave: Fiscais; Abastecimento; Fiscalização; Câmara Municipal; São Paulo.

Legislar sobre a Fazenda: os debates políticos em torno da Fazenda Pública Imperial no Primeiro Reinado

Daiane Souza Alves (Doutoranda/UFOP)

Resumo: A emancipação política do Brasil em 1822, com a constituição de um corpo político autônomo, revelou em seus amálgamas diversos projetos de construção para o Estado que se formava. Esta apresentação dedica-se a compreender a consolidação da Fazenda Pública imperial em meio a esses projetos que possibilitaram a maior organização das finanças e que fomentaram, para isso, a preocupação com legislações específicas para a administração financeira. No alvorecer das instituições legislativas

os projetos para a consolidação do Estado vão se tornar ainda mais evidentes, com propostas que sugeriam modificações para as estruturas vigentes prezando pelo modelo constitucionalista e também pela transparência nas contas e no controle dos gastos públicos. Do novo espaço de debate político, inaugurado com a Constituinte de 1823 e depois consolidado pela Assembleia Legislativa de 1826, vão se destacar grupos políticos que serão fundamentais para a implementação de legislações específicas para as questões fiscais. Isso posto, procuramos compreender como o Império do Brasil, deficitário em suas contas, conseguiu legitimar sua Independência e manter as províncias sob sua administração sem operar uma reforma em suas estruturas e instituições financeiras, pelo menos até o ano de 1831. Procuramos demonstrar quais as possíveis soluções e as primeiras reformas foram possíveis de serem implementadas durante o trabalho da Assembleia Legislativa. Como em tão pouco tempo, menos de duas legislaturas, esses deputados e senadores conseguiram organizar-se e aprovarem medidas importantes para o controle das finanças. Dentre essas legislações estão: a lei de 15 de novembro de 1827 que fundava a dívida pública e criava a Caixa de Amortização; o primeiro orçamento do Império aprovado em 1828; a dissolução do Banco do Brasil, entre outras. A fonte principal para essa discussão são os debates parlamentares da Câmara dos Deputados de 1826 a 1830, além dos relatórios ministeriais e de ofícios enviados pelos ministros para as Juntas de Fazenda provinciais. Nosso objetivo é compreender como esse espaço de debate público propiciou a formação de grupos e de uma oposição ao Imperador, principalmente com a ascensão dos liberais moderados. Atentamo-nos ao surgimento da oposição ao Imperador e em perceber como esses deputados alinharam-se em torno de objetivos mais ou menos comuns, o que não estava necessariamente ligado aos seus laços de pertencimento, mas sim a uma compreensão do Estado e de sua organização.

Palavras-chave: Fazenda Pública; Assembleia Legislativa; Administração financeira.

“Injuriosa, injusta e degradante da ordem” a fiscalidade entre o Conselho Geral da província de Minas Gerais e a Câmara de Mariana (1828 – 1832).

Diego Rodolfo de Castro Gomes (Mestrando/UFJF)

Resumo: A comunicação consiste na análise da atuação do Conselho Geral da província de Minas Gerais no que se refere à administração das finanças da província. O foco do trabalho está no papel desse Conselho como fiscalizador sobre a câmara municipal de Mariana, sobretudo no exame das receitas e despesas desse município. A documentação analisada serão as atas e pareceres do Conselho Geral, ofícios e as certidões de receitas e despesas dessa câmara. Os Conselhos Gerais eram o reconhecimento e a garantia do direito de intervir de todo cidadão nos negócios de sua província, e que eram relativos a

seus interesses peculiares. Seu objetivo era propor, discutir e deliberar sobre os negócios de interesse da província, entre suas funções o Conselho Geral deveria fazer o exame das contas, das receitas e despesas dos municípios, essa era uma das formas de controle significativo sobre as municipalidades. Com a promulgação da Lei de 1º de Outubro de 1828, as câmaras municipais passaram a ser obrigadas a remeter suas contas oficialmente aos secretários dos Conselhos Gerais. Ao analisar especificamente essa relação com Mariana, pretende-se demonstrar a complexidade desse processo, por exemplo, as primeiras contas apresentadas continham muitas irregularidades e não se encontravam dentro dos padrões pré-estabelecido pelo Conselho Geral. Desse modo, a atitude do Conselho era aprovar as contas com exceções, pedir explicações antes de um parecer final ou até reprovar as contas requerendo que elas fossem reenviadas em novos moldes. Por outro lado, várias escusas foram apresentadas pela câmara de Mariana em relação as inconsistências de suas contas. Por fim, a câmara declarava que as decisões do Conselho eram "injuriosa, injusta e degradante da ordem". Apesar desses problemas e dificuldades enfrentadas por esta instituição provincial ao no exame das receitas e despesas do município, aos poucos se consolidou seu papel enquanto órgão de fiscalização, coibindo as irregularidades e estabelecendo o equilíbrio das contas. Portanto, pode-se dizer que o poder provincial cerceou as atividades da câmara, pelo menos no que concerne ao seu aspecto econômico.

Palavras-chave: Conselho Geral; Minas Gerais; Mariana.

As ações judiciais da Casa da Suplicação do Brasil (1818 – 1821): os Códices com lançamentos de sentenças

Elizabeth Santos de Souza (Doutoranda/UFES)

Resumo: Este trabalho discute o perfil dos julgamentos da Casa da Suplicação do Brasil no século dezanove, tratando especificamente dos códices com lançamento das sentenças que deviam dízima da fazenda. A Casa da Suplicação era o tribunal judicial mais importante da coroa portuguesa e tinha competência para despachar apelações e agravos de ações cíveis e criminais. As raízes desse tribunal encontram-se no medievo, quando era considerado itinerante devido sua localização estar atrelada ao lugar de residência do monarca. No Brasil, uma congênere desse tribunal foi instalada no Rio de Janeiro através do alvará de 10 de maio de 1808. O julgamento de uma ação ou recurso pela Casa da Suplicação gerava despesas decorrentes da tramitação processual e a Chancelaria do tribunal era responsável por registrar em livros essas custas processuais junto com os valores destinados à dízima da fazenda. Atualmente, tais livros são fontes documentais de valor inestimável para os historiadores, pois conjuntamente com os valores das custas

e da dízima trazem um resumo das sentenças judiciais. Durante a extensa pesquisa documental, encontramos no Arquivo Nacional e no Museu da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro três livros com as custas e os resumos das decisões finais de litígios entre os anos de 1818 e 1821. Por certo, a documentação não abarca todos os anos de funcionamento da Casa da Suplicação do Brasil, que de acordo com a legislação foi de 1808 a 1828. Entretanto, tais códices são de extrema importância para averiguar as conclusões dadas pelo Tribunal da Suplicação, uma vez que comumente não é possível encontrar nos processos judiciais as sentenças finais. Nos três códices em questão, identificamos 716 ações judiciais, e a partir delas analisaremos a motivação dos litígios, o perfil socioeconômico dos autores e réus, os juízos internos da Casa da Suplicação que despacharam as causas, o juízo de origem dos litígios de apelação ou agravo, as custas dos processos, etc. Esperamos com este trabalho perceber a atuação da Casa da Suplicação nas ações judiciais, verificando quais as tendências de deliberação do tribunal no quesito das absolvições e condenações. Em relação às sentenças de apelações e agravos, buscaremos conhecer se a modificação dos julgamentos foi algo recorrente ou não. De modo geral, o objetivo é que este trabalho contribua para entender o papel do Tribunal da Suplicação nos assuntos de justiça.

Palavras-chave: Justiça; Poder; Endividamento.

A busca pela uniformização da jurisprudência ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX: uma gradual aproximação do civil law brasileiro com o common law e o sistema de precedentes obrigatórios

Felipe Dalla Bernadina Furtado de Lemos (Mestrando/UFES)

João Victor Pereira Castello (Mestrando/UFES)

Resumo: O novo Código de Processo Civil tem como um de seus pilares a recepção da teoria dos precedentes judiciais, teoria usualmente associada aos países que adotaram a tradição jurídica do common law. Apesar de parecer uma grande novidade, a aproximação no direito brasileiro entre as tradições jurídicas do civil law e common law remonta a segunda metade do século XIX. Foi ainda em 1875, por meio do decreto nº 2.684 que foram introduzidos os assentos portugueses no direito brasileiro, anteriormente previstos nas Ordenações Manuelinas e mantidos pelas Ordenações Filipinas. De acordo com a redação do art. 2º, os assentos eram editados pelo Supremo Tribunal de Justiça para dirimir divergências entre órgãos judiciários hierarquicamente inferiores e possuíam efeito vinculante. Sua extinção se deu com a República, a qual trouxe uma curiosa aplicação subsidiária do common law norte americano no Direito Brasileiro por meio do Decreto nº 848 de 1890, especificamente em seu art. 386. Tais previsões foram de

pouco uso à época, não obstante, ser inegável que a aproximação entre os sistemas se acentuou a partir da introdução do judicial review na Constituição Republicana de 1891 e a criação do STF inspirado na Corte dos Estados Unidos, modelo vigente até a atualidade. Outrossim, nas primeiras décadas do século XX outros dois institutos foram introduzidos no ordenamento jurídico brasileiro com a finalidade de proporcionar a uniformização da jurisprudência: i) prejulgado, instituto de origem do processo alemão, acolhido pela primeira vez no Estado de Minas Gerais, pela Lei 17 de 1891 e depois pelo Distrito Federal em 1923. Foi suprimido em 1926 e retornou por meio do Decreto n.º 19.408 de 1930. O CPC de São Paulo incorporou o instituto até a promulgação do CPC nacional de 1939, aqui com previsão no art. 861 e logo após pela CLT (art. 902). A finalidade do instituto era promover a uniformização da jurisprudência do mesmo tribunal, tendo como característica específica o julgamento prévio; ii) Decreto n.º 23.055 de 1933, que inaugurou uma hipótese de precedente obrigatório, ao determinar em seu art. 1º que as justiças dos Estados, do Distrito Federal e do Território deveriam interpretar as leis da União de acordo com a jurisprudência do STF. Logo, dos traços históricos apontados pode-se concluir que sempre houve interesse público pela uniformização da jurisprudência.

Palavras-chave: Uniformização de jurisprudência; Jurisprudência; Precedentes.

A sistemática recursal no período do Oitocentos

Fernando Ribeiro da Silva Carvalho (Mestrando/UFES)

Ronald Kruger Rodor (Mestrando/UFES)

Resumo: A sistemática recursal como um todo, englobando todas as espécies e instrumentos de recurso, remontam à época em que o aparato de justiça ainda era informal, sem legislações específicas, mas com bastante coerência. Malgrado os poucos diplomas legislativos, os costumes regiam a sociedade com regras eficazes e clarividentes. O Direito Justianeu, o Direito Canônico e o Direito Comum, no decorrer dos anos, aprimoraram as regras processuais recursais, principalmente nos idos do Antigo Regime em que o sistema feudal era preponderante na Europa, fazendo chegar tais novidades no continente americano por meio dos processos de conquista ultramarinos. Com o processo de colonização já consolidado, entre meados dos Oitocentos e inícios dos Novecentos, com a formação e estudo mais sofisticados do próprio direito e, também, da visão originária das primeiras constituições, a seara do processo civil começou a se sofisticar, fazendo com que a sistemática recursal ganhasse contornos que até hoje nos inspira, especialmente no que se refere à Apelação e ao Agravo. O primeiro é considerado genuíno e símbolo do princípio do duplo grau de jurisdição, já o segundo, com raízes lusitanas, em especial no Brasil, nasceu com as Ordenações do Reino (século XV). Necessário frisar, no período dos

Oitocentos e da História Moderna, período entre 1750 e 1930, a importância principalmente das disposições transitórias de 1832, quando regulamentou de forma objetiva a justiça civil da época, dando ênfase em relação ao processo civil às diferenciações e cabimento entre diversos Recursos, momento no qual se restringiu um pouco o uso do Agravo, deixando a recorribilidade mais a par das Apelações. Outro diploma que merece destaque nessa análise é o Regulamento Comercial nº. 737 de 1850, diploma legislativo que, embora voltado ao direito comercial, passou a ter ampla influência na seara processual como um todo, pois era base e influência para as demais áreas, marcando um grande progresso nesse ramo do direito, além de modificar e melhorar a leitura dos recursos ora citados.

Palavras-chave: Justiça Civil; Sistema Recursal; Oitocentos; Disposições Transitórias de 1832; Regulamento 737.

O Conselho Supremo Militar e de Justiça como órgão de administração do Direito Militar no Império

Getulio Marcos Pereira Neves (Doutorando/UFES)

Resumo: O presente trabalho pretende investigar a evolução no tempo do órgão que no período imperial representou a cúpula da administração dos assuntos militares no Brasil. O Conselho Supremo Militar e de Justiça foi implantado na Corte como sucedâneo dos congêneres que em Portugal cuidavam não só da administração militar, mas também da aplicação do Direito Militar, situando-se neste viés de atuação como órgão de cúpula do sistema judicial militar. O estudo propõe a investigação dos embates políticos havidos visando a sua extinção/reforma, o que acabou fenecendo a dada altura (estando afinal o órgão em funcionamento por todo o período imperial), e a sua atuação prática na sistematização da aplicação do Direito Militar. A proposta de pesquisa baseia-se na investigação das linguagens políticas e jurídicas correntes, pelo exame do desenvolvimento do constitucionalismo à brasileira nos anos de transição entre o Antigo Regime e a fase constitucional, por um lado, e no exame da atuação prática da seção judicial do órgão, que recrudescer a partir de uma determinada altura de sua evolução histórica. É que no primeiro momento importando a sua consolidação como órgão integrante da cúpula do sistema da administração pública, foi necessário demonstrar a utilidade da sua manutenção, interessando-nos então a sua atuação como órgão de aplicação do Direito Militar. O recorte temporal inicial da investigação é a década de 20 do século XIX, quando se dão os debates iniciais sobre a viabilidade do órgão. Define-se 1870 como a data limite para esta investigação, pois com o fim da Guerra do Paraguai a necessidade da sistematização da aplicação do Direito Militar não poderá mais ser posta em causa. O objeto proposto se faz relevante para preencher lacunas na historiografia sobre o

período, e especificamente sobre os primórdios da atuação da justiça militar nas primeiras décadas da nação independente. Aprofundar o conhecimento sobre determinados temas ajuda a esclarecer o funcionamento das instituições e a lançar luz sobre aquelas menos conhecidas, como vem a ser o caso da justiça militar no Brasil.

Palavras-chave: Conselho Supremo Militar e de Justiça; Administração pública; Sistema Judiciário; Tribunais; Direito Militar.

Reverendo construções historiográficas: uma discussão sobre a leitura autoritária de Alberto Torres por Oliveira Viana

João Paulo de Souza Favoretti (Mestrando/UFES)

Resumo: A presente comunicação é fruto das reflexões realizadas durante a minha pesquisa de Mestrado em História, ainda em andamento, com o título “A noção de Estado no pensamento político de Alberto Torres (1865-1917)”, pois, por abarcar uma extensa quantidade de fontes primárias e tratar de um autor que é entendido pela historiografia como cerne do pensamento político de intelectuais que atuaram na década de 1930, tangencia temas relevantes, sendo um deles selecionados para compor esse estudo. A produção historiográfica é algo que constantemente passa por revisões e reanálises, permitindo que ideias consolidadas em um momento histórico sejam relegadas a posteriori. No entanto, elas não deixam de ser importantes para a compreensão de como as leituras eram feitas, e, mesmo sendo criticadas, permitem averiguar o pensamento de uma época. Sendo assim, o objeto de análise que destaquei para esse trabalho consiste em analisar como Oliveira Viana (1883-1951), um intelectual identificado como autoritário, realizou uma leitura sobre a obra de Alberto, este sendo seu mestre, atribuindo-o o caráter de autoritário. Para tal tarefa, revisei o conceito de pensamento autoritário para discutir a forma como ele estava presente no contexto em que esses autores atuaram e, assim, compreender como o meio social foi capaz de influenciar em suas produções. Além disso, analisei a obra de Viana com o intuito de perceber como ele foi capaz de transpassar a ideia de autoritarismo e como ele relacionou Alberto Torres a essa linha teórica. A questão central elencada aqui consiste em problematizar que Alberto Torres não consiste em um intelectual autoritário, tendo sido essa marca atribuída pelo próprio Oliveira Viana a partir de seus matizes de pensamento. Torres pode ser visto como um indivíduo conservador que pensava sua sociedade, o Brasil nos primeiros anos da República, com certa nostalgia da centralização política que existira nos tempos imperiais. Por atuar como escritor de artigos de jornais, utilizando sua vasta experiência política e jurídica, tendo atuado nas esferas dos três poderes da República, seus escritos continham críticas aos problemas que afligiam o Brasil naquele período, portanto, seus pontos de vista e vieses teóricos sobre

como ele enxergava o mundo e seus problemas. Nesse sentido, os artigos de jornais consistiram em importantes fontes para me auxiliar nessa investigação do pensamento político de Alberto Torres.

Palavras-chave: Pensamento Autoritário; Conservadorismo; Estado; Alberto Torres.

Café Neuville: espaço do entretenimento, da política e da infração penal (1832 – 1836)

Katia Luciene de Oliveira e Silva Santana (Mestre/UFRRJ)

Resumo: Nos agitados anos de 1830, a cidade-Corte do Rio de Janeiro foi sacudida por disputadas políticas que promoveram ajuntamentos de diversos segmentos sociais na defesa das mais variadas pautas. Contudo, a vida social na capital do Império não se reduzia aos seus conflitos. Concomitantemente as notícias sobre os distúrbios urbanos e as querelas políticas no Parlamento, a imprensa carioca divulgava os espetáculos das companhias estrangeiras que chegavam na cidade; novidades como a venda do sorvete e o primeiro baile de carnaval estreado no ano de 1835, no badalado Café Neuville. Localizado no Largo do Paço desde 1832, a “casa de bebidas” movimentava a vida social dos moradores do Rio, atuando como bilheteria para venda de ingressos de espetáculos espalhados pela cidade, promovendo em seu interior bailes, jogos e saraus. O objeto desse trabalho é, portanto, a história desse estabelecimento comercial na cidade do Rio de Janeiro, no período marcado por diferentes projetos de nação, reformas institucionais e a interferência das autoridades nos espaços de aglomeração. O proprietário do café em questão, Jeant Geant Neuville, — um comerciante francês identificado nos jornais apenas pelo nome de seu estabelecimento — surge nos registros dos Códices de Polícia da Corte localizados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1833 e 1836, Neuville foi acusado de permitir em seu comércio ajuntamentos de opositores do governo e jogos proibidos. O comerciante foi obrigado a assinar Termos de compromisso na Secretaria de Polícia sob pena de banimento do Império, o que de fato não aconteceu, a despeito de Geant Neuville reiteradas vezes descumprir a Lei, permitindo tais práticas em seu café. O objetivo dessa pesquisa em curso, é compreender as relações e o lugar que ocupava esse espaço comercial tratado como veículo do dinamismo urbano e, ao mesmo tempo, como um antro dos vícios e das conspirações políticas na Corte regencial.

Palavras-chave: Café Neuville; Entretenimento; Política; Infração.

As vicissitudes do Projeto de Código Civil de Augusto Teixeira de Freitas

Leonardo Barros Souza (Doutorando/UFES)

Resumo: O texto aborda idas e vinda do projeto de Código Civil contratado pelo Governo Imperial com o jurisconsulto Augusto Teixeira de Freitas, no marco de sua relação contratual e institucional com o Governo Imperial e seus representantes, considerado o período de 1859 (ano do contrato) e 1872 (ano da rescisão do contrato).

Palavras-chave: História – Brasil; Segundo Reinado; Augusto Teixeira de Freitas.

Relação Porto/Cidade: o caso de Itapemirim-ES entre os anos de 1840 a 1930

Lucas da Silva Machado (Mestrando/UFES)

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a relação existente entre Porto/Cidade no município de Itapemirim-ES entre os anos 1840-1930. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica, bem como, análise de fontes primárias, contextualizando a importância do porto para a região, visto que, entre este período foi o porto de maior destaque na Província capixaba, tendo um número maior de exportações que a capital. Esse destaque se deu ao cultivo de cana-de-açúcar, primeiramente, tendo seu ápice no cultivo de café. Posteriormente o porto perde destaque ficando em segundo plano, atendendo os anseios da capital que era centralizar em seu porto as exportações e conseqüentemente a economia capixaba.

Palavras-chave: Porto; Cidade; Itapemirim; Economia; População.

O tratamento dos conflitos familiares no Brasil nos Códigos Estaduais de Processo Civil

Lívia Heringer Pevidor Bernardes (Mestranda/UFES)

Resumo: Propõe o presente estudo analisar os Códigos Estaduais de Processo Civil, buscando observar como se dava o tratamento dos conflitos familiares. Após a independência do Brasil, surgiu a necessidade de produzir Código Civil para tratar de diversos assuntos, como, por exemplo, direito de família. Ocorre que, o Código Civil só foi promulgado em 1916, quase um século depois da independência (1822) e até esse momento, vigorou as Ordenações Filipinas (1603). As famílias brasileiras do século XIX eram regidas pelo sistema patriarcal, em que o homem, na qualidade de chefe da família, era a autoridade superior, sendo ele responsável por dirimir os conflitos. O casamento era tido como sacramento e à Igreja detinha sua administração, além disso era responsável

pelos registros civis (nascimento, casamento, morte, testamentos e tutelas). Isso se dava, porque o Estado era ligado à Igreja e ruptura entre eles só ocorreu após a consolidação da República em 1890. A Constituição Republicana de 1891, em seu artigo 72, §4º, reconhece apenas o casamento civil, desvinculado da Igreja Católica e tornando o casamento um contrato. Além disso, com a referida Constituição, foi conferida a competência aos Estados-membros para legislar sobre o direito processual comum, ficando a cargo da União apenas legislar sobre matéria processual aplicada a Justiça Federal. Nesse período, alguns Estados do Brasil se organizaram e promulgaram Códigos Processuais de âmbito estadual. Desse modo, o presente estudo buscará examinar os artigos que tratavam sobre direito de família no Código de Processo Civil do Estado da Bahia (Lei 1.121, de 02/08/1915), do Espírito Santo (Lei 1.055, de 23/12/1915, que revogou a anteriormente aprovada pelo Decreto 1.882, de 17/09/1914) e do Rio de Janeiro (Lei 1.580, de 20/01/1919). Será feito um estudo comparativo entre esses códigos, levando em conta o contexto familiar e a cultura da época. Por fim, o intuito desse trabalho é averiguar nos Códigos Estaduais avanços no âmbito do direito de família após a ruptura do Estado com a Igreja.

Palavras-chave: Código de Processo Civil Estadual; Tratamento de conflitos; Direito de Família.

Institucionalidade imperial: linguagem e seus espelhos

Marcus Vinícius Duque Neves (Doutorando/UFOP)

Resumo: A formação inicial das instituições no Brasil pós-independência ocorreu na contradição entre um programa de expansão da esfera pública em um momento em que funcionários do regime colonial anterior retornavam à Europa. Assim, tal expansão encontrou limites políticos e de formação na elite local, para integrar uma nova institucionalidade que deveria formar-se sob dois aspectos: Formação de quadros e adoção de soluções emergenciais com o a criação e provimento das funções em caráter ad hoc. A realidade de um país que se tornava independente sob as novas influências e consequências políticas nascidas da Revolução Francesa continha inúmeras contradições que marcavam limites estreitos destas institucionalidades. Estas contradições impunham pensar modos de incorporação da antiga elite colonial dentro de certa disciplina funcional pelo poder central na Corte, como parte de um projeto de “formação” e para evitar as tendências centrífugas já observadas. O arcabouço jurídico que se quer criar, que se pretende novo, mas, ao mesmo tempo se renovou lentamente em termos de aprovação de novas leis, se fez na tomada dos sentidos da linguagem política desses grupos para si e seus projetos. Porém, a linguagem política foi uma arena de disputa entre vários grupos, e algumas disputas foram pouco percebidas pela historiografia. No que viria a

se constituir como a região Sudeste, fatores como a proximidade da Corte e a presença de relações familiares próximas entre as elites locais e elites na Corte tiveram o efeito de certa “preferência” de algumas famílias de orientar alguns de seus integrantes para ocupar estes cargos no sentido de reforçar o acesso ao poder político local e, quiçá, a chegada de seus integrantes a cargos na Corte. Porém, não só estes grupos tentaram acesso ao poder político, agora mediado por vários aspectos de interpretações confusas e fissuras a serem exploradas. Esta comunicação pretende analisar aspectos dessa experiência e em que medida ela pode ser pensada dentro da constituição ideológica da noção de cidadania no Primeiro Reinado, talvez com espelhamentos disformes da realidade europeia de que trataremos, além de como pode ter influenciado a forma da luta pelo poder e demandas futuras das elites por modernização institucional e das visões dos grupos submetidos (principalmente os escravizados) no sentido de optar por revoltar-se ou rever seus caminhos de luta por maior autonomia.

Palavras-chave: Linguagem; Poder; Instituições.

Direito e tempo: a escravidão ausente da cultura jurídica brasileira

Rafael Reis Ferreira (Doutorando/UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

Resumo: A escravidão, tema estruturante das ciências humanas e sociais no Brasil, tem sido pouco explorada pela pesquisa jurídica. Tal ausência reflete a formação do direito brasileiro construído desde as fontes do Antigo Regime e no contexto da sociedade escravocrata, que foi assentada numa mitologia-modelo de construção do direito moderno para o país. A escravidão, quando muito, aparece aí como degrau superado de um idealizado projeto evolucionista do direito nacional. Lembramos que a cultura jurídica brasileira, aquela construída após a Independência e a formação do Estado brasileiro, formou-se a partir de um direito não-estatalista, num processo muito complexo. Particularmente, o direito da escravidão não se assemelhava ao do nosso presente no Brasil, sendo marcado pelas racionalidades do chamado *usus modernus pandectarum*, que conduziram a busca da modernização das fontes jurídicas, a partir de textos romanos, que se encontravam dispersas, não sistematizadas e sem hierarquias. Naquela juridicidade plural encontramos o direito local e costumeiro, ao lado da lei. No ponto, apontamos que uma análise da cultura jurídica brasileira, crítica e não-mitológica, deve compreender a escravidão a partir da atenção mínima para os fenômenos do Estado, do Direito e da lei, fenômenos com historicidades distintas, mas que foram homogeneizados pela modernidade - alinhados como num eclipse - para esconder a apropriação do Direito pelo poder político. Algo extremamente necessário para afastar o domínio ideológico da juridicidade atemporal e aespacial, que ainda é o principal responsável pelo reconhecimento do Direito sem

historicidade e insuficientemente entendido enquanto sinônimo de lei. Por isso, o tempo merece melhor atenção nas pesquisas do direito brasileiro. O seu sentido deve ser buscado contextualmente, sendo insuficiente a restrição da compreensão dos fenômenos jurídicos apenas ao texto legal, ainda mais para contextos onde o paradigma do legal-positivismo ainda não havia sido nem mesmo construído. A compreensão da formação da cultura jurídica brasileira depende da pesquisa da complexidade do direito da escravidão. Dentre vários caminhos, parece importante o acompanhamento dos sentidos da interpretação jurídica. Tal temática depende ainda de nosso esforço investigativo não somente das obras deixadas por juristas, mas especialmente das ações judiciais, como as ações de liberdade ou escravidão, não somente para buscar, através das fontes jurídicas, a compreensão dos mais diversos fenômenos humanos, mas também para reconhecer criticamente o tempo do Direito no Brasil. Assim, especialmente nas pesquisas que têm considerado o Direito como importante para a compreensão da sociedade, nos parece fundamental a atenção para a historicidade também dos fenômenos jurídicos.

Palavras-chave: Escravidão; Mitologia Moderna; Cultura Jurídica Brasileira.

Criminalidade e Região em Perspectiva Histórica: Santa Luzia do Carangola-MG na segunda metade do século XIX

Randolpho Radsack Corrêa (Doutorando/UNIVERSIDADE SALGADO OLIVEIRA)

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade realizar uma análise dos crimes que foram oficializados e julgados pelo Termo de Santa Luzia do Carangola, na região da Zona da Mata Mineira, entre os anos de 1873 e 1892. Com base neste recorte, será possível compreender as relações sociais em seus diversos aspectos, principalmente em meio ao contexto de amplas mudanças em nível nacional e regional, o que evidenciará um quadro de constantes conflitos. Partindo dessa premissa, o recorte em questão nos proporciona a verificação do contexto da superação da escravidão no Brasil, aliado ao desenvolvimento da região de Santa Luzia do Carangola. A disputa que se constrói a partir da visão de mundo que cada grupo social procurava impor, interferia diretamente nos padrões de comportamento sobre as oportunidades no exercício do poder. O exercício da análise de uma determinada coletividade a partir de seus conflitos, oficializados nos processos criminais, permite uma compreensão mais profunda sobre sua dinâmica, seu desenvolvimento, expansão e suas complexidades. A partir deste trabalho, nossa tentativa se enveredará para a análise dos processos criminais do Termo de Santa Luzia do Carangola, avaliando o fenômeno da criminalidade sob o prisma das diversas camadas sociais envolvidas nos conflitos, na transição do Império para a República e na ampliação das estruturas jurídicas e municipais da região. A análise das percepções, aspirações,

sentimentos e da sociabilidade de determinados grupos, permite avaliar o impacto dos confrontos que se estabeleceram com a divisão das funções sociais e hierárquicas no interior de uma sociedade que transitava por mudanças regionais e nacionais. É importante destacar que o processo de crescimento e expansão dessas regiões e suas respectivas fronteiras, além de ampliar as perspectivas de mercado contribuíram para a elevação do fluxo demográfico, uma vez que suas bases econômicas se colocavam em evidência. A partir desta reflexão, compreendemos que junto ao crescimento demográfico, se ampliavam os interesses, a disputa por espaços e demandas, ocasionando uma série de conflitos sociais que poderiam ser monitoradas e administradas pelo Estado e suas instituições. Ao propormos uma discussão sobre a criminalidade regional, analisando os eventos que compõem atividades conflituosas das camadas sociais inseridas nos trâmites processuais, dentre elas: livres, escravos e libertos, homens e mulheres, pobres, indivíduos das camadas intermediárias e mesmo integrantes das elites, temos a possibilidade de identificar parcialmente os conflitos gerados, como uma possível consequência do crescimento e expansão da região. É importante enfatizar que o referido trabalho é um debate parcial de uma tese de doutorado e se encontra em fase de desenvolvimento.

Palavras-chave: Criminalidade; Justiça; Região.

Análise histórica do instituto da filiação e paternalidade (parentalidade) no Código Civil de 1916

Tatiana Mascarenhas Karninke (Mestranda/UFES)

Resumo: Pretende-se com o trabalho não só a sua apresentação no III Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos, que ocorrerá nos dias de 11 a 13 de setembro de 2019, em especial no Simpósio Temático de nº 06 (ST06), intitulado “Cultura jurídica e formação institucional no Brasil: justiça, poder e economia na formação do Estado”, mas também a contribuição para o debate acerca do instituto da parentalidade e filiação, analisando a questão sob o viés histórico, descortinando o tratamento dos institutos no Código Civil de 1916. Atualmente, nosso ordenamento jurídico admite a multiparentalidade, em especial após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do Recurso Extraordinário nº 898.060 e da análise da repercussão geral de nº 622, admitindo-se a possibilidade de cumulação dos vínculos de origem biológica e socioafetiva. Nesse *leading case*, a Suprema Corte aprovou a tese de que a paternidade socioafetiva, constando ou não em registro público, não constitui óbice ao reconhecimento do vínculo de filiação de forma concomitante à biológica, com os efeitos jurídicos pertinentes. Tal decisão representa um inédito avanço no tratamento histórico do instituto da parentalidade e da filiação. Mas, nem sempre foi assim. O Código Civil de 1916, apesar de representar nova

codificação na era dos oitocentos, não deixou de sofrer a influência da postura conservadora, matrimonialista, patriarcal e hierarquizada da elite brasileira: a filiação classificava-se como legítima ou ilegítima. O filho legítimo era o biológico, nascido de pais casados entre si; todo filho que não se enquadrava como “legítimo” era tachado de ilegítimo, como os nascidos fora do matrimônio, das relações extramatrimoniais. Bem se vê que havia presunção acerca da paternidade, uma vez que os filhos nascidos na constância do matrimônio possuem por pai o marido da mãe, uma vez que a sociedade naquela época não admitia a possibilidade de uma mulher cometer infidelidade. Mas aí fica a indagação: não teria o Código Civil de 1916, levando-se em conta a presunção *pater is est quem nuptiae demonstrant* (é o pai aquele que o matrimônio como tal indica), adotado uma classificação de filiação por critério não biológico? Ou seja, desde o início da codificação não estaríamos diante de uma paternidade socioafetiva? É sobre esse resgate histórico que se debruça o trabalho, que pode propiciar o encontro do passado com o presente.

Palavras-chave: História do Direito; Código Civil de 1916; Direito de Família; Parentalidade; Filiação.

Fortuna e poder no Alto Sertão da Bahia: riqueza forjada na dinâmica mercantil sertaneja - a trajetória de Antonio da Silva Prado (1810-1816)

Zezeito Rodrigues da Silva (Doutorando/UFF)

Resumo: Dentre as inúmeras histórias de aventureiros em busca de fazer fortuna nos sertões da Bahia e outras fronteiras da América portuguesa em finais do século XVIII e início do seguinte, destacamos a trajetória absolutamente singular do paulista Antonio da Silva Prado. Para dedicar ao estudo desta trajetória, recorreremos a uma documentação espetacular pelas condições de conservação, quanto pela relevância das informações que carrega. De todo esse acervo e sua abordagem, observou-se ao recorte proposto neste estudo, buscando trabalhar apenas as informações que se referem ao período de sua atuação na vila de Caetité entre 1810 e 1816 e no imediato período seguinte, quando já morador de S. Paulo ainda se relacionava com seu irmão e outras pessoas que aqui residiam até por volta de 1820. Este estudo busca revelar a punjança econômica do Alto Sertão da Bahia no início do século XIX, quando a lavoura do algodão - principal carro chefe da economia local - colocava lado a lado em condição de complementaridade, produtores e negociantes em uma relação mercantil característica da economia colonial baseada no sistema de créditos baseado em relação pessoal de afetos, compadrios e dependências, com base no financiamento mútuo, sistema de trocas que permitia uma boa conversão de capitais, apesar dos altos custos com o transporte feito através das tropas ao porto da Vila da Cachoeira e, de lá, a Salvador rumo às indústrias têxteis inglesas.

Palavras-chave: Economia mercantil; Bahia; Negociantes; Século XIX; Sertões.

ST 06 – DOENÇAS E EPIDEMIAS NO BRASIL IMPÉRIO

Coordenação: Sebastião Pimentel Franco (Doutor/UFES)

Os estudos sobre as doenças e os surtos epidêmicos nas sociedades começam a tornar-se alvo da atenção dos historiadores a partir do fim da década de 1950 e início de 1960, principalmente na Inglaterra e na França, países ligados aos pesquisadores de História do Medievo. Desde então, as doenças e os surtos epidêmicos passaram a ser estudados de forma mais ampla e mais intensa, para além de uma perspectiva meramente médica ou biológica, tornando-se, a um mesmo tempo, objeto e ferramentas de abordagens econômicas, culturais, políticas, psicológicas, demográficas e sociais. Nas décadas de 1970 e 1980, uma nova forma de se fazer História que valorizava a experiência pessoal e coletiva das massas anônimas, foi apropriada pelos estudiosos em saúde e doença que, ao pesquisar as epidemias, por exemplo, buscaram enxergá-las pela ótica ou visão do doente. Foi graças ao diálogo efetuado pelos historiadores com outras disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a Psicologia, que surgiram novas possibilidades de interesse das pesquisas históricas em termos de objetos, a saber: a doença e o cotidiano. No caso da própria História da Medicina, é possível verificar uma grande inovação a partir da busca dos estudiosos em tematizar a histórias das instituições médicas, a reprodução dos saberes médicos, as controvérsias teóricas, os conflitos com outros campos de conhecimento e com outras profissões da área da saúde, as disputas com outras práticas de cura, a profissionalização, as relações com o governo e as imbricações com a política. As doenças epidêmicas, sabemos hoje, alteraram a vida cotidiana das populações, provocam sobressaltos, inquietação social e, conseqüentemente, revoltas. Os surtos epidêmicos repercutiram sobre a história política, administrativa ou médica, provocaram conseqüências, impactos e alterações nos padrões de comportamento, possibilitando a implementação de reformas administrativas e sanitária. Este simpósio se dedica, portanto, as investigações sobre a História das Doenças e Epidemias com enfoque no Brasil e no longo século XIX. Pretende-se, dessa forma, contemplar pesquisas que se dedicam às discussões sobre a gênese dos surtos epidêmicos e os caminhos percorridos pela doença; as representações em torno das epidemias; as atitudes e respostas da população local em face às moléstias; a implementação de políticas públicas; bem como os saberes médicos e populares em torno do fenômeno.

COMUNICAÇÕES

A cura pelo magnetismo animal no Brasil Império e a trajetória do Leopold Gamard em busca de legitimação científica

Danielle Christine Othon Lacerda (Doutoranda/UFRJ)

Resumo: Em um longo processo de disputa com a medicina acadêmica na Europa, iniciado a apenas alguns anos anteriores à revolução que eclodiria na França, o Magnetismo Animal se converteria em uma popular prática curativa de qualquer tipo de doença. A prática, desenvolvida pelo médico austríaco Franz Mesmer, seria difundida em Paris, transformando as sessões de cura em verdadeiros espetáculos concorridos pelos nobres, mesmo tendo sido desacreditada pela Académie Nationale de Médecine de Paris. No Brasil, o Magnetismo Animal disputaria espaço com a medicina tradicional e com outros saberes curativos alternativos. Introduzido e difundido pelo francês Leopold Gamard, suposto médico que havia do Exército Pacificador na Bahia. Proprietário de duas casas de saúde no Rio de Janeiro entre 1830 e 1840, sua trajetória está envolta em mistérios, denúncias, disputas e relatos de curas de todo tipo de doença pelo magnetismo animal. Gamard é considerado o precursor do magnetismo animal, prática de cura que seria reforçada após a morte do médico francês com a continuidade de seus seguidores e a difusão do espiritismo kardecista na segunda metade do século XIX. Diante disto, esta comunicação é resultado de uma pesquisa sobre a trajetória de Leopold Gamard no Brasil e suas tentativas de legitimação do magnetismo animal perante a Sociedade de Medicina, que entre disputas com a medicina tradicional e a sua aceitação por aqueles que procuravam os tratamentos terapêuticos como último recurso, acompanhavam as acusações na imprensa quanto à veracidade da identidade de Gamard. Sob a perspectiva da microhistória, buscamos reconstituir a introdução do magnetismo animal no Brasil como meio de se compreender os embates entre os saberes médicos alternativos e a medicina tradicional no combate às doenças no Oitocentos.

Palavras-chave: História da medicina; Imprensa; Práticas de cura; magnetismo animal.

O controle da mendicidade em tempos de seca na cidade do Recife do século XIX

Grasiela Florêncio de Moraes (Doutoranda/UFPE)

Resumo: O quadro social da cidade se agravava consideravelmente em períodos de seca e de epidemias. As secas, por sua vez, foram fenômenos corriqueiros na província de Pernambuco ao longo do século XIX, as mais problemáticas ocorreram entre as décadas

de 1820, 1840 e 1870. As secas causavam muito sofrimento às populações atingidas e até mesmo a extinção de parte delas. Para evitar uma maior mortandade muitos sujeitos migravam do sertão para a capital e seus arredores, que representava uma das medidas de sobrevivência a fim de conseguirem abrigo, água e comida. Todavia, não bastasse as dificuldades e os percalços da longa jornada migratória, ao chegarem na cidade do Recife sofreram com a falta de amparo, de abrigo e com o controle das autoridades citadinas sob os seus passos. Os relatos sobre a penúria do flagelo das secas foram relatados por alguns viajantes europeus, em periódicos locais e em muitos ofícios trocados entre as autoridades, que identificavam e que tratavam estas migrações como um problema de ordem sanitária e higiênica, bem como um risco à ordem pública. A partir dos anos de 1870, as ações de combate e de controle a presença do migrante na cidade passou a ser mais efetiva. Para as autoridades locais, responsáveis pela gestão urbana da cidade, o controle era necessário a fim de se evitar novos surtos epidêmicos e o aumento da mendicidade na capital. De fato, o Recife não tinha estrutura suficiente para abarcar o volumoso contingente de migrantes oriundos não apenas da província, bem como do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Não havia espaço e nem equipe médica suficiente para atender os inúmeros migrantes doentes que se direcionavam ao Hospital Pedro II, a maior instituição hospitalar da província. Assim, muitos ocupavam as calçadas do referido hospital e se juntavam aos mendigos que a cidade já possuía para apelar pela caridade particular e ajuda pública. Portanto, neste trabalho, pretendemos compreender as políticas de controle à mendicidade que foram empreendidas durante os períodos de seca, em particular, no que compete aos dois anos de 1870, mesmo período de inauguração do Asilo de Mendicidade na província.

Palavras-chave: Mendicidade; Secas; Controle.

PAINÉIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A infância abandonada da Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro em análise comparada com as transformações sociais do Brasil no século XIX

Beatriz Virgínia Gomes Belmiro (Graduanda/UERJ)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo identificar quem eram os pobres da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Para tal, irei estudar o perfil da infância abandonada e, na medida do possível, caracterizar a família que abandonava a criança – através dos registros da roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. O período estudado é marcado pela chegada significativa de imigrantes no Brasil e pelo processo de Abolição da escravatura. Interessa perceber de que maneira essas mudanças influenciaram no perfil das crianças enjeitadas no Rio de Janeiro, analisando os registros e as cartas deixadas junto aos recém-nascidos.

Palavras-chave: Infância; Santa Casa de Misericórdia; Corte do Rio de Janeiro; Século XIX.

“A racional emancipação da mulher”: linguagens acerca do feminino em meio à imprensa do Brasil oitocentista

Cibele Camargos Pereira (Graduanda/FACULDADE SABERES)

Resumo: O estudo empreendido visa compreender as linguagens que circulavam no século XIX brasileiro conjugando a representação feminina. Para tanto, consideramos a imprensa oitocentista como espaço de debate político, de difusão de ideias e de reiteração de concepções. Sendo assim, a realização desta pesquisa demandou a análise de periódicos publicados no contexto imperial e que se apresentavam em suas páginas como dedicados ao chamado, pelas fontes, de belo sexo. Neste sentido, a fim de investigar as folhas A Mãe de Família e o Sexo Feminino aplicamos a metodologia das linguagens políticas, proposta pela corrente Collingwoodiana. Os principais proponentes são Pocock e Skinner, que concebem que a metodologia nos permite enxergar além dos argumentos difundidos pelos autores, considerando “as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam as ideias e convenções então predominantes no debate político” (SKINNER 1996). O jornal A Mãe de Família iniciou sua publicação no ano de 1879, no Rio de Janeiro denominava-se como periódico “científico, literário e ilustrado, dedicado à educação da infância e higiene da família”. O redator da folha era o médico higienista Dr. Carlos Costa, apresentando outros

colaboradores, que, majoritariamente, advinham de profissões da área da saúde. A análise da folha possibilitou a identificação de uma cultura política patriarcal em vigor no contexto imperial brasileiro. Apontamos um arcabouço linguístico que esboçava a mulher como inferior ao homem, como responsável por zelar pela casa, pelo marido, pelos filhos. Nesta perspectiva, observamos a existência de uma demarcação de padrões comportamentais, estéticos e de personalidade entre os gêneros no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Representação feminina; Imprensa; Linguagens; Brasil Império.

Imprensa e partidos políticos: o maiorista e a consolidação das agremiações no Império brasileiro

Driely Neves Coutinho (Graduanda/FACULDADE SABERES)

Resumo: Esta pesquisa esboça a cultura política do início da década de 1840, resultante de discussões políticas que envolveram a própria modificação monárquica. Neste contexto, indivíduos do Império reuniram-se em grupos e os transformaram em partidos políticos. Assim, conservadores e liberais se desenvolviam como agremiações na Corte, exibindo, cada um desses, seus projetos políticos. A partir deste momento, o Partido Conservador e o Partido Liberal travaram uma rivalidade política no Brasil que girava em torno de eleições, ministérios e a direção do próprio Regime. Deste modo, a ratificação do Partido Liberal pode ser evidenciada principalmente a partir do ano de 1841. Após a ascensão prematura de Pedro II ao Império, os liberais, defensores do movimento da maioria, assumiram os hostes ministeriais em 24 de julho de 1840. No entanto, a duração desses homens fora curta no poder, apenas oito meses. Neste sentido, a subida dos conservadores ao poder, pouco tempo após a maioria do Imperador, transformou a linguagem política dos liberais do Império. A imprensa fora o principal veículo de crítica e divulgação de seus ideais. Compreendemos, que em momentos de alijamento político, os grupos políticos ampliam seus vocabulários e elaboram diversas formas de questionamento a seus opositores. Através da análise das linguagens políticas, o periódico O Maiorista contribui para a investigação do vocabulário dos liberais nos anos de 1841 e 1842. Este jornal, que era publicado às terças, quintas e sábados, na tipografia e livraria de C. Ogier, na Rua do Rozário, demonstrou estar preocupado em denunciar a Pedro II a gravidade e os perigos que a reação estaria causando ao Império. Durante a investigação, percebemos a importância da folha para a compreensão do ideário político liberal naquela conjuntura. O vocabulário do periódico estava permeado de crítica, repulsa e ressentimento aos conservadores e a rápida substituição ministerial. Portanto, consideramos a análise da folha de forma fundamental para o entendimento das pautas do Partido Liberal no início do Segundo Reinado.

Palavras-chave: Imprensa; Partidos; Projetos políticos; Segundo Reinado.

O objetivo principal do III Encontro de pós-graduandos da SEO é servir de fórum de debates e representação para os pós-graduandos com interesse no Oitocentos, nacionais e estrangeiros, comprometidos com a pesquisa, o ensino e a divulgação científica das histórias desse longo século XIX – período que se estende desde meados do século XVIII até 1930, ou, para o caso brasileiro, desde o que se conhece como a crise do sistema colonial até o final da chamada Primeira República. Esperamos contar com o entusiasmo dos jovens historiadores e demais pesquisadores para as discussões acadêmicas e a programação cultural reservadas especialmente aos participantes.

A Comissão Organizadora

